



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Relatório anual

Demonstrações financeiras

Notas explicativas

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário

Parecer do Conselho Fiscal

Componentes da Administração



Destaques 2025

- **Receita Líquida: R\$ 9,7 bilhões em 2025 (-9% vs. 2024)**, redução de 10% nos volumes vendidos, decorrente da menor demanda por veículos comerciais.
- **Mercado Externo:** impactos de incertezas sobre tarifas e regulação de emissões (EPA27) na confiança dos compradores de caminhões, e preços de fretes depreciados.
- **Mercado Interno:** vendas de caminhões afetadas por taxas de juros, inadimplência e desempenho do agronegócio, mitigada pelo crescimento de dois dígitos do segmento de Reposição e da Unidade de Negócios de Energia & Descarbonização.
- **Fluxo de Caixa Operacional: geração de R\$ 915 milhões**, o segundo maior da história da Companhia, impulsionado pela gestão eficiente do capital de giro, desempenho da MWM e pela venda de créditos tributários (IPI).
- **EBITDA Ajustado: R\$ 661 milhões (-49% vs. 2024)**, e margem de 6,8% (vs. 12,1%).
- **A margem do negócio tradicional**, que compreende componentes estruturais e produtos hidráulicos, atingiu 5% em 2025 (vs. 13% em 2024). A queda nos volumes de venda e produção, com reflexos na eficiência operacional, na diluição de custos e nos indicadores de qualidade, impactou o EBITDA em aproximadamente R\$ 730 milhões no período, parcialmente compensados por reduções de custos e despesas no montante de R\$ 300 milhões e impacto cambial favorável de R\$ 120 milhões. **A margem das operações da MWM** atingiu 10% em 2025 (8% em 2024), refletindo ganhos de produtividade, *mix* de produtos mais favorável, e efeitos recorrentes da reestruturação operacional e administrativa conduzida desde 2024.
- **Iniciativas de Redução Estrutural de Capacidade:** alteração do escopo do projeto de redução de capacidade iniciado em 2024 (com término inicialmente previsto para 2025), decorrente de mudanças geopolíticas nos Estados Unidos, com impacto em custos com ociosidade e postergação da captura dos benefícios esperados. Os investimentos em ativos fixos e estoques dispendidos em 2024 e início de 2025 no projeto originalmente previsto totalizaram R\$ 145 milhões.
- **Resultado líquido: prejuízo de R\$ 655 milhões** (vs. lucro de R\$ 82 milhões em 2024). Impacto de R\$ 544 milhões decorrentes de iniciativas de reestruturação realizadas e provisionadas ao longo do ano baseadas na execução do projeto de desmobilização de capacidade, conforme estratégia de revisão do *footprint* e alocação da produção para linhas mais eficientes, composto por (i) reconhecimento de *impairment* de R\$ 327 milhões, (ii) redução ao valor realizável de estoques no valor de R\$ 40 milhões, (iii) baixa de créditos tributários (IR/CSLL) de R\$ 125 milhões e (iv) gastos com reestruturações no valor de R\$ 52 milhões. Outras iniciativas de otimização e reestruturação resultaram em gastos de R\$ 45 milhões.
- **Dívida Líquida: R\$ 2,2 bilhões, redução de 5% vs. 2024.** A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado atingiu 3,35x, devido ao menor resultado operacional no período.

 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente de incertezas que impactou a economia global e, consequentemente, os mercados em que atuamos.

A implementação de tarifas comerciais contribuiu de forma decisiva para esse cenário, afetando a confiança de empresas, consumidores e gerando pressões inflacionárias. Somado ao adiamento da definição das regras de emissões para veículos comerciais (EPA27), esse contexto levou compradores a postergar a renovação e expansão de suas frotas. Além disso, preços de frete depreciados — decorrentes do expressivo aumento da oferta no período pós-pandemia — pressionaram a rentabilidade das empresas de transporte nos últimos anos, contribuindo para a queda das vendas de caminhões na América do Norte.

No mercado *off-road*, incentivos à indústria de *data centers* impulsionaram os setores de construção não residencial e grupos geradores, com consequente aumento na demanda por motores maiores.

No Brasil, a combinação de juros elevados, inadimplência recorde e o fraco desempenho do agronegócio reduziu as vendas de veículos comerciais pesados e extrapesados, impactando diretamente o desempenho das Unidades de Negócio de Componentes Estruturais e Contratos de Manufatura.

Esse cenário levou a Companhia a promover ajustes relevantes em sua estratégia. Desde o segundo trimestre de 2024, estava em execução um projeto de desmobilização de capacidade, com foco principal nas operações localizadas no México. Trata-se de um processo complexo, que demandou investimentos em ativos imobilizados e estoques que totalizaram R\$ 145 milhões. Contudo, diante da nova administração nos Estados Unidos e a adoção de políticas protecionistas, optamos por suspender esse movimento e reavaliar nossa estratégia industrial.

A partir do segundo trimestre de 2025, implementamos alterações significativas nesse processo, incluindo o redirecionamento do projeto originalmente previsto e o início de um novo plano de adequação de capacidade a partir do Brasil. Essas mudanças resultaram em custos com ociosidade, além de provocarem atrasos na captura dos benefícios esperados.

Em paralelo, seguimos avançando nos novos negócios provenientes da aquisição da MWM, com crescimento de dois dígitos no segmento de Peças de Reposição e na Unidade de Energia & Descarbonização.

Apesar da diversificação do nosso portfólio e do relacionamento sólido com clientes — fatores que mitigaram o efeito direto das tarifas —, a queda de volumes em mercados relevantes, em alguns casos superior a 25%, refletiu-se nas receitas da Tupy. Os menores volumes também pressionaram as margens, devido à menor diluição de custos fixos, com impactos sobre mão de obra, energia, manutenção e indicadores de qualidade.

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 9,7 bilhões em 2025, impactada, entre outros fatores, pela redução de 10% no volume físico de vendas, parcialmente mitigada pelo crescimento de 16% na Unidade de Negócios de Energia & Descarbonização e de 12% no segmento de Peças de Reposição

(*aftermarket*), que apresentam baixa correlação com o negócio tradicional, bem como pelo cenário cambial favorável, com a depreciação do Real ante o Dólar quando comparado com 2024 (câmbio médio do ano), tendência que se reverteu a partir do terceiro trimestre.

Nesse ambiente desafiador, a alocação de capital assumiu um papel ainda mais relevante. Entre as medidas adotadas para a gestão do capital de giro, destaca-se a redução do volume produzido, que permaneceu abaixo do volume de vendas, com consequente consumo de estoques. Apesar do impacto nas margens, essa estratégia contribuiu para a forte geração de caixa operacional, que atingiu R\$ 915 milhões, a segunda maior da história da Companhia.

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 661 milhões, uma redução de 49% na comparação anual, com margem de 6,8% sobre a receita líquida. Os efeitos combinados da queda dos volumes de vendas e de produção sobre o EBITDA totalizaram R\$ 580 milhões em relação ao ano anterior. Os menores níveis de produção afetaram também os indicadores de qualidade, resultando em impactos negativos de R\$ 150 milhões no período.

O resultado líquido foi um prejuízo de R\$ 655 milhões, afetado, entre outros fatores, pelo ajuste de *impairment* de R\$ 327 milhões, redução ao valor realizável de estoques no valor de R\$ 40 milhões, e baixa de créditos tributários (IR/CSLL) no valor de R\$ 125 milhões, ambos sem efeito caixa, decorrentes de iniciativas de otimização da capacidade e de realocação da produção para linhas mais eficientes, que contribuirão para o aumento das margens, da geração de caixa e do retorno sobre o capital investido (*ROIC*). Gastos com reestruturações, decorrentes de iniciativas de incremento de eficiência operação e redução de capacidade, totalizaram R\$ 97 milhões em 2025 (versus R\$ 58 milhões em 2024).

Negócio tradicional: novos contratos e eficiência operacional

Seguimos ampliando nossa participação de mercado por meio de novos contratos nos segmentos de veículos comerciais e *off-road*, com portfólio contratado de R\$ 1,4 bilhão em receitas incrementais.

Ao longo de 2026, iniciaremos a fase de captura dos resultados associados a esse ciclo estratégico, com a entrada gradual de receitas e a expansão de margens. Estimamos faturamento de aproximadamente R\$ 600 milhões no ano decorrente dos novos projetos, que apresentam perfil de rentabilidade superior ao do portfólio histórico.

No âmbito da disciplina operacional e da agenda de retorno sobre o capital, avançamos na reorganização industrial das plantas adquiridas. O redesenho do *footprint* resultará em uma redução aproximada de 25% da capacidade instalada em relação ao cenário imediatamente pós-aquisição, com eliminação da ociosidade estrutural e captura de sinergias.

Parte substancial dessa reestruturação será concluída no primeiro semestre de 2026, com expectativa de ganhos de aproximadamente R\$ 100 milhões no EBITDA Ajustado, capturados principalmente na segunda metade do ano, e de R\$ 180 milhões anuais a partir de 2027, majoritariamente decorrentes da redução estrutural de custos fixos. Esse movimento reforça nosso compromisso com a geração de caixa recorrente, a disciplina financeira e o retorno sustentável sobre o capital investido. Para fazer frente aos gastos de implementação deste projeto, iniciado no segundo semestre de 2025, a

Companhia constituiu provisão de R\$ 52 milhões, já refletida no resultado do ano (linha gastos com reestruturações).

Paralelamente, iniciativas de eficiência operacional nas linhas remanescentes — com destaque para redução dos custos da não qualidade e de manutenção — deverão contribuir para a expansão adicional da margem EBITDA a partir de 2026. Trata-se de ganhos estruturais e perenes, que elevam a competitividade da Companhia e reduzem a volatilidade operacional ao longo dos ciclos de mercado.

MWM: diversificação, resiliência e expansão estrutural das margens

A MWM consolida-se como um dos principais vetores de diversificação e resiliência da Companhia, ampliando a exposição a segmentos menos cíclicos e com maior potencial de geração de valor. Em 2025, representou 27% da receita líquida consolidada, totalizando R\$ 2,6 bilhões. A retração de 3% em relação a 2024 reflete, principalmente, o menor volume de produção de veículos comerciais no Brasil e seus impactos sobre a receita de Contratos de Manufatura, parcialmente compensados pelo desempenho robusto dos negócios de Reposição e Energia & Descarbonização.

Mesmo em um ambiente de volumes desafiador, a margem EBITDA Ajustado da MWM atingiu 10% em 2025, com expansão de 200 pontos-base na comparação anual. Esse avanço decorre de ganhos estruturais de eficiência nas linhas, racionalização de processos, redução de custos e melhoria do *mix* de produtos, demonstrando a capacidade de resiliência e de expansão de margens, a despeito dos ciclos de mercado.

O segmento de reposição, com características anticíclicas e margens superiores às do negócio tradicional, apresentou crescimento de 12% no ano. As linhas “*Masterparts*” e “*Opcionais*” avançaram mais de 40% e já representam 20% das vendas desta Unidade, evidenciando a evolução consistente do portfólio e a maior recorrência de receita. Lançamentos de produtos e a abertura de novos canais de distribuição sustentaram o melhor desempenho histórico dessa operação.

Preparando a Unidade para um novo ciclo de crescimento com maior eficiência logística e escalabilidade, concluímos a reorganização do Centro de Distribuição de Peças em Jundiaí-SP, ampliando sua capacidade em 28%. A verticalização da operação foi determinante para o ganho de produtividade de 35%, reforçando nossa capacidade de combinar crescimento com rentabilidade.

Na Unidade de Energia & Descarbonização, as vendas de grupos geradores — responsáveis por 64% do faturamento do segmento — cresceram 18% em 2025. Ganhos de escala, disciplina operacional e melhoria do *mix* contribuíram para a expansão da rentabilidade, consolidando o posicionamento da Companhia em soluções voltadas à transição energética.

Novos negócios relacionados à cadeia de biocombustíveis, como transformação veicular e bioplantas, alcançaram faturamento de R\$ 32 milhões em 2025.

No negócio de transformação veicular, a MWM fortalece sua atuação na descarbonização do transporte no Brasil, ampliando parcerias estratégicas e expandindo a oferta de motores a biocombustíveis e a gás natural para veículos zero quilômetro. Trata-se de uma agenda alinhada às tendências regulatórias e à demanda do mercado, com potencial de crescimento estrutural.

Avançamos também na estratégia de biocombustíveis e economia circular. Iniciamos a operação da Bioplanta de Ouro Verde do Oeste (PR) e seguimos com o licenciamento e a implantação das unidades de Divinópolis (MG) e Seara (SC). A conclusão desses projetos ampliará nossa capacidade de escalabilidade na cadeia de proteína, com potencial de geração de receitas recorrentes e maior diversificação do portfólio.

Apesar das incertezas macroeconômicas de curto prazo, observamos a destinação de recursos da indústria para a expansão da capacidade de produção de motores convencionais e a retomada de programas que haviam sido descontinuados, com reflexos positivos para nossos volumes. Indicadores do segmento de frete nos Estados Unidos sinalizam uma recuperação gradual, já refletida nas projeções públicas de nossos clientes. Nesse contexto, esperamos um crescimento superior ao do mercado, impulsionado pelo início dos novos projetos já contratados. As Unidades de Contratos de Manufatura, Energia & Descarbonização e Distribuição devem apresentar crescimento relevante, sustentado por novas parcerias e pela ampliação do portfólio de produtos e serviços.

SÍNTESE DE RESULTADOS

Consolidado (R\$ Mil)

RESUMO	2025	2024	Var. [%]
Receitas	9.692.948	10.665.110	-9,1%
Custo dos produtos vendidos	(8.469.797)	(8.738.519)	-3,1%
Lucro Bruto	1.223.151	1.926.591	-36,5%
% sobre as Receitas	12,6%	18,1%	
Despesas operacionais	(936.678)	(1.011.320)	-7,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	(435.919)	(347.134)	25,6%
Depreciação de ativos não operacionais	(7.035)	(8.470)	-16,9%
Lucro (prej.) antes do Resultado Financ.	(156.481)	559.667	-
% sobre as Receitas	-	5,2%	
Resultado financeiro líquido	(296.860)	(300.539)	-1,2%
Lucro (prej.) antes dos Efeitos Fiscais	(453.341)	259.128	-
% sobre as Receitas	-	2,4%	
Imposto de renda e Contrib. Social	(201.211)	(176.688)	13,9%
Lucro (prej.) Líquido	(654.552)	82.440	-
% sobre as Receitas	-	0,8%	
EBITDA (Resolução CVM 156/22)	225.013	946.765	-76,2%
% sobre as Receitas	2,3%	8,9%	
EBITDA Ajustado	660.932	1.293.899	-48,9%
% sobre as Receitas	6,8%	12,1%	
Taxa de câmbio média (BRL/USD)	5,59	5,39	3,6%
Taxa de câmbio média (BRL/EUR)	6,31	5,83	8,2%
Taxa de câmbio fechamento (BRL/USD)	5,50	6,19	-11,1%
Taxa de câmbio fechamento (BRL/EUR)	6,47	6,44	0,5%

RECEITAS

As receitas totalizaram aproximadamente R\$ 10 bilhões em 2025, queda de 9% em relação a 2024. O crescimento das receitas das Unidades de Negócio de Distribuição e Energia & Descarbonização e a depreciação do Real frente ao Dólar Norte Americano mitigaram o efeito da queda de aproximadamente 10% do volume físico de vendas.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2025	2024	Var. [%]
Receitas	9.692.948	10.665.110	-9,1%
Mercado Interno	3.972.079	4.165.743	-4,6%
Participação %	41,0%	39,1%	
Mercado Externo	5.720.869	6.499.367	-12,0%
Participação %	59,0%	60,9%	
Receitas por segmento	9.692.948	10.665.110	-9,1%
Componentes Estruturais e Contratos de Manufatura	8.080.453	9.190.914	-12,1%
Participação %	82,4%	86,2%	
Energia e Descarbonização	780.987	674.361	15,8%
Participação %	8,1%	6,3%	
Distribuição	831.508	799.835	4,0%
Participação %	8,6%	7,5%	
Peças de reposição	567.375	507.814	11,7%
Participação %	5,9%	4,8%	
Produtos hidráulicos	264.133	292.021	-9,5%
Participação %	2,7%	2,7%	

Em 2025, a América do Norte foi responsável por 37% das receitas da Companhia. Por sua vez, as Américas do Sul e Central representaram 44% e a Europa, 16%. Os demais 3% foram provenientes da Ásia, África e Oceania.

As Unidades de Negócios de Componentes Estruturais e Contratos de Manufatura representaram 82% do faturamento total da Companhia.

As receitas oriundas do mercado interno recuaram 13%, impactadas principalmente pela retração de 12% na produção de caminhões no país (queda de 24% na categoria caminhões pesados), parcialmente mitigada pelo desempenho nas vendas para aplicações *off-road*.

No mercado externo, as receitas reduziram 12% na comparação anual. O desempenho reflete, principalmente, o menor volume de vendas observado nas aplicações para veículos comerciais no mercado norte-americano. Incertezas geopolíticas e regulatórias, em conjunto com indicadores setoriais como preços de frete e níveis de ocupação depreciados impactaram a demanda por veículos comerciais, uma vez que companhias de logística optaram por postergar a renovação e ampliação de suas frotas. As vendas oriundas para aplicações *off-road* têm se beneficiado especialmente pelo aumento da demanda por máquinas e equipamentos utilizados no segmento de construção não residencial.

As receitas da **Unidade de Energia & Descarbonização**, que correspondem a 8% do faturamento da Companhia em 2025, apresentaram crescimento de 16%, impactadas principalmente pelo aumento de 18% nas vendas de grupo geradores.

Por sua vez, as receitas da **Unidade de Negócio de Distribuição**, composta por Peças de Reposição (*Aftermarket*) e Produtos Hidráulicos (conexões e perfis em ferro), apresentaram aumento de 4%. O desempenho do negócio de Peças de Reposição apresentou crescimento de 12%, impactado pelo lançamento dos novos produtos das linhas “*Masterparts*” (produtos multimarcas) e “*Opcional*” (linhas mais competitivas para produtos da marca MWM) – que registraram expansão de aproximadamente 40% em 2025.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV), em 2025, totalizou R\$ 8 bilhões, montante 3% inferior ao de 2024. A margem bruta atingiu 12,6% (18% no ano anterior).

Consolidado (R\$ Mil)			
	2025	2024	Var. [%]
Receitas	9.692.948	10.665.110	-9,1%
Custo dos produtos vendidos	(8.469.797)	(8.738.519)	-3,1%
Matéria-prima	(4.977.599)	(5.298.767)	-6,1%
Mão de obra, part. nos resultados e benefícios sociais	(1.860.203)	(1.828.353)	1,7%
Materiais de manutenção e terceiros	(667.185)	(677.368)	-1,5%
Energia	(424.521)	(444.257)	-4,4%
Depreciação e amortização	(339.453)	(343.675)	-1,2%
Outros	(200.836)	(146.101)	37,5%
Lucro bruto	1.223.151	1.926.591	-36,5%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>12,6%</i>	<i>18,1%</i>	
Despesas operacionais	(936.678)	(1.011.320)	-7,4%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>9,7%</i>	<i>9,5%</i>	

A queda dos volumes de produção e vendas resultaram na menor diluição de custos fixos, impactando também indicadores de qualidade, com reflexos negativos no resultado operacional.

Esses fatores foram parcialmente mitigados por diversas iniciativas de redução de custos, ganhos de produtividade e captura de sinergias ao longo de 2025, que totalizaram R\$ 300 milhões.

- Matéria-prima: redução decorrente do menor volume do período e depreciação cambial, contraposta pela inflação de materiais;
- Mão de obra: aumento oriundo principalmente da inflação (reajuste salarial anual), mitigado por iniciativas de redução de mão de obra direta, relacionadas ao menor volumes de produção e projetos de eficiência operacional.
- Manutenção e serviços de terceiros: redução decorrente de renegociações com fornecedores, compensando parcialmente a inflação;

- Energia: redução oriunda, principalmente, do menor volume de vendas. Observou-se maior utilização de fornos elétricos no período, tendo como contrapartida ganhos em outras linhas de custos;
- Outros custos operacionais: alta influenciada, sobretudo, por despesas com movimentação de produtos e materiais, projetos de engenharia de motores, locações e iniciativas de saúde e segurança. A base de comparação (2024) foi afetada por ganhos não recorrentes (ressarcimento de lucros cessantes, reversão de baixa de ativos, entre outros);

As despesas operacionais apresentaram queda de 7% em relação ao ano anterior. A comparação anual reflete o menor volume de vendas e, por consequência, menores despesas logísticas, renegociação com fornecedores e ganhos de eficiência, além de um patamar mais elevado de preços de fretes em 2024, devido a gargalos logísticos.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

O resultado da conta de Outras Receitas (Despesas) operacionais líquidas correspondeu a uma despesa de R\$ 436 milhões em 2025, ante R\$ 347 milhões em 2024.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2025	2024	Var. [%]
Constituição e atualização de provisões	(138.287)	(85.901)	61,0%
Ressarcimento de sinistro México	-	25.894	-
Gastos com reestruturações	(96.886)	(57.755)	67,8%
Venda crédito prêmio IPI	173.500	-	-
Baixa de bens do imobilizado, inservíveis e outros	(7.067)	(41.239)	-82,9%
Reversão <i>impairment</i> ICMS	-	61.993	-
<i>Impairment</i> imobilizado	(324.791)	(219.614)	47,9%
<i>Impairment</i> intangível	(2.493)	(30.512)	-91,8%
Redução ao valor realizável estoques	(39.895)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(435.919)	(347.134)	25,6%
Depreciação de ativos não operacionais	(7.035)	(8.470)	-16,9%

A linha de “Constituição e atualização de provisões” inclui, entre outros itens, constituição de contingência, sem efeito caixa, no valor de R\$ 42 milhões, referente a processos administrativos sobre créditos tributários adicionais ao Reintegra, após a revisão do prognóstico de perda para “provável”.

A Companhia realizou a venda de crédito-prêmio de IPI, por meio de cessão de direitos, com efeito caixa, no valor de R\$ 174 milhões. O benefício fiscal refere-se às exportações efetuadas em anos anteriores, cujo direito de utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado.

Os gastos com reestruturações atingiram R\$ 97 milhões, decorrentes de iniciativas de incremento de eficiência operacional, valor que compreende provisões de R\$ 52 milhões referentes ao projeto de redução de capacidade.

O plano de sinergias da Companhia decorrente das aquisições, previa, entre outras iniciativas, a realocação da produção para linhas mais eficientes. Dessa forma, a Companhia reduziu a sua capacidade de operação.

Neste contexto, foi realizado teste de *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis, resultando em ajustes de R\$ 250 milhões em 2024.

Fatores geopolíticos, com reflexo na estratégia dos clientes, levaram a Companhia, a partir do segundo trimestre de 2025, a promover alterações significativas nesse processo, incluindo o redirecionamento do projeto originalmente previsto e o início de um novo plano de adequação de capacidade a partir do Brasil. Como parte deste processo, que terá como resultado a redução de custos fixos e necessidade de investimentos em ativos e capital de giro, foi realizado *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis, no valor de R\$ 327 milhões, e a redução de R\$ 40 milhões no valor realizável de estoques, vinculados ao processo de desmobilização da capacidade de produção e alocação para linhas mais eficientes.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido de 2025 consistiu em despesa de R\$ 297 milhões, ante despesa de R\$ 301 milhões em 2024.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2025	2024	Var. [%]
Despesas financeiras	(442.547)	(400.941)	10,4%
Receitas financeiras	149.796	152.067	-1,5%
Variações monetárias e cambiais líquidas	(4.109)	(51.665)	-92,0%
Resultado Financeiro Líquido	(296.860)	(300.539)	-1,2%

O aumento das despesas financeiras ao longo de 2025 deve-se, principalmente, ao aumento das taxas de juros no Brasil e seus efeitos sobre dívidas em moeda local, parcialmente compensado pela redução do endividamento, com a amortização de R\$ 366 milhões ao longo do primeiro semestre. O resultado também foi influenciado pelo reconhecimento integral das despesas do *waiver* para flexibilização dos *covenants* das debêntures, aprovado em assembleia de debenturistas realizada em dezembro de 2025.

As receitas financeiras do período atingiram R\$ 150 milhões. A redução em relação ao ano anterior deve-se ao menor saldo de caixa médio em Reais, parcialmente compensado pelo aumento das taxas de juros que remuneraram as aplicações financeiras.

As variações monetárias e cambiais líquidas, no valor de R\$ 4 milhões, são decorrentes de (i) resultado de operações de *hedge*, correspondente à receita de R\$ 41 milhões, sendo R\$ 26 milhões oriundos de marcação a mercado e R\$ 15 milhões proveniente das operações liquidadas; e (ii) variações negativas nas contas do balanço patrimonial, no valor de R\$ 45 milhões.



LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS FISCAIS E LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

O prejuízo líquido da Companhia no exercício foi de R\$ 655 milhões. O desempenho foi impactado pelo resultado operacional, perdas contábeis de R\$ 367 milhões em ativos imobilizados, intangíveis e estoques, e R\$ 125 milhões em créditos tributários (IR/CSLL), vinculadas ao processo de continuidade de redução de capacidade de produção e redirecionamento para linhas mais eficientes, tendo como contrapartida redução de custos fixos, maior eficiência operacional e otimização de investimentos em estoques e ativos fixos.

A comparação anual foi parcialmente mitigada por efeitos cambiais sobre a base tributária, que totalizaram R\$ 44 milhões em 2025, ante resultado negativo de R\$ 100 milhões no ano anterior.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2025	2024	Var. [%]
Lucro (prejuízo) antes dos Efeitos Fiscais	(453.341)	259.128	-
Efeitos fiscais antes de impactos cambiais	(244.999)	(76.489)	220,3%
Lucro (prejuízo) antes dos Efeitos cambiais sobre base tributária	(698.340)	182.639	-
Efeitos cambiais sobre base tributária	43.788	(100.199)	-
Lucro (prejuízo) Líquido	(654.552)	82.440	-

Nota¹: As bases tributárias dos ativos e passivos das empresas localizadas no México, onde a moeda funcional é o Dólar norte-americano, são mantidas em Pesos Mexicanos. As flutuações nas taxas de câmbio modificam as bases tributárias e, consequentemente, efeitos cambiais são reconhecidos como receitas e/ou despesas de Imposto de Renda diferido.



EBITDA

A combinação dos fatores supramencionados resultou em EBITDA CVM de R\$ 225 milhões e EBITDA Ajustado de R\$ 661 milhões, margem de 6,8% em relação à receita líquida.

Consolidado (R\$ Mil)			
RECONCILIAÇÃO DO LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO COM EBITDA	2025	2024	Var. [%]
Lucro (prejuízo) Líquido do Período	(654.552)	82.440	-
(+) Resultado Financeiro Líquido	296.860	300.539	-1,2%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	201.211	176.688	13,9%
(+) Depreciações e amortizações	381.494	387.098	-1,4%
EBITDA (Resolução CVM 156/22)	225.013	946.765	-76,2%
% sobre as receitas	2,3%	8,9%	
(+) Outras Despesas Operacionais, Líquidas	435.919	347.134	25,6%
EBITDA Ajustado	660.932	1.293.899	-48,9%
% sobre as receitas	6,8%	12,1%	

Os ajustes realizados no EBITDA têm como objetivo expurgar os efeitos de itens que apresentam menor correlação com o negócio, não apresentam efeito caixa ou não são recorrentes.

A margem EBITDA Ajustado do negócio tradicional, compreendendo componentes estruturais e produtos hidráulicos, foi de 5% em 2025. A redução dos volumes de vendas e produção gerou impacto aproximado de R\$ 580 milhões em 2025, dados os efeitos nas receitas e diluição de custos fixos. A piora de indicadores de qualidade, também decorrentes da redução de volumes, impactaram o

resultado em R\$ 150 milhões. Esses fatores foram parcialmente compensados por reduções de custos e despesas de cerca de R\$ 300 milhões e cenário cambial favorável, com ganhos de aproximadamente R\$ 120 milhões. A base de comparação com 2024 também foi afetada por R\$ 173 milhões em receitas de negociações comerciais não recorrentes registradas naquele ano.

A margem das operações da MWM (Contratos de Manufatura, Reposição de Peças e Energia & Descarbonização) foi de 10% no período. A implementação de projetos de otimização fabril e organizacional contribuiu para o aumento expressivo da margem EBITDA, que era de 6% no momento da aquisição.

INVESTIMENTOS

O total de investimentos no ativo imobilizado e intangível, em 2025, foi de R\$ 446 milhões, correspondente a, aproximadamente, 5% da receita líquida do período.

Consolidado (R\$ Mil)			
	2025	2024	Var. [%]
Ativo imobilizado			
Investimentos estratégicos	161.937	195.242	-17,1%
Sustentação e modernização de capacidade operacional	235.271	200.294	17,5%
Meio Ambiente	12.253	30.812	-60,2%
Juros e encargos financeiros	8.527	17.704	-51,8%
Ativo intangível			
Software	19.624	20.591	-4,7%
Projetos em desenvolvimento	8.125	4.434	83,2%
Total	445.737	469.077	-5,0%
<i>% sobre as Receitas</i>	<i>4,6%</i>	<i>4,4%</i>	

A variação está relacionada, principalmente, a programas de fundição e usinagem, iniciativas de ganhos de eficiência operacional e captura de sinergias, além de projetos de melhoria da segurança e meio ambiente.

Para verificar a relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas, evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício, vide Nota Explicativa 12 (Investimentos), das Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social de 2025, parte integrante deste documento.

CAPITAL DE GIRO

Consolidado (R\$ Mil)		
	2025	2024
Balanço Patrimonial		
Contas a receber	1.597.455	1.837.435
Estoques	1.721.952	2.197.704
Contas a pagar	1.137.117	1.482.620
Adiantamento de Clientes	114.379	85.207
Prazo médio de recebimento [dias]	60	63
Estoques [dias]	74	92
Prazo médio de pagamento [dias]	56	65
Ciclo de conversão de caixa [dias]	78	90

O Capital de Giro, mensurado pela variação do saldo de Contas a Receber, Estoques e Contas a Pagar, apresentou queda de 15% na comparação com 2024.

A variação do Contas a Receber decorre, principalmente, da redução do volume de vendas e apreciação do Real, com efeito sobre o saldo das contas em moeda estrangeira, que representaram 71% do total (taxa de fechamento BRL/USD 5,50 em dezembro de 2025 vs. BRL/USD 6,19 em dezembro de 2024).

A redução no saldo dos estoques foi ocasionada por iniciativas de gestão, com destaque para o decréscimo das linhas de produtos em elaboração e acabados, bem como pela apreciação do Real.

A redução das Contas a Pagar deve-se ao menor volume de compras, ocasionado pela queda de vendas e iniciativas de redução de estoques. A linha foi afetada também pela valorização do Real frente ao Dólar norte-americano nas contas em moeda estrangeira, que representaram 40% do total.

FLUXO DE CAIXA

Consolidado (R\$ Mil)			
RESUMO DO FLUXO DE CAIXA	2025	2024	Var.
Caixa e equivalentes de caixa do início do período	2.376.203	1.593.098	49,2%
Caixa oriundo das atividades operacionais	915.137	1.353.491	-32,4%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(482.926)	(640.086)	-24,6%
Caixa originado das atividades de financiamentos	(885.404)	(151.687)	483,7%
Efeito cambial no caixa do exercício	(69.854)	221.387	-
Aumento (Diminuição) da disponibilidade de caixa	(523.047)	783.105	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.853.156	2.376.203	-22,0%

A Companhia gerou R\$ 915 milhões de caixa a partir das atividades operacionais em 2025, redução de 32% em relação ao ano anterior. A comparação anual foi impactada por efeitos não recorrentes, relacionados a recebimentos de clientes, créditos de impostos e ressarcimento de seguros em 2024.

A variação é decorrente, principalmente, do menor resultado operacional, mitigado parcialmente pelas ações da gestão sobre o capital de giro. Em 2025, a Companhia efetuou a venda do crédito prêmio de IPI, por meio de cessão de direitos, pelo valor de R\$ 174 milhões. Trata-se de benefício fiscal relativo às exportações realizadas entre os anos de 1988 e 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão transitada em julgado.

Às atividades de investimentos foram aplicados R\$ 483 milhões, voltados a novos projetos, ganhos de eficiência, sistemas de informação, segurança e meio ambiente, bem como às atividades de manutenção e sustentação dos negócios. A base de comparação foi afetada, pelo menor volume de pagamentos referentes à combinação de negócios (aquisição da MWM), totalizando R\$ 43 milhões em 2025 e R\$ 151 milhões em 2024.

Em relação às atividades de financiamento, verificou-se consumo de R\$ 885 milhões vs. consumo de R\$ 152 milhões no ano anterior. A variação é decorrente do maior volume de captações realizadas em 2024 (emissão de debêntures e adiantamentos sobre contratos de câmbio).

A combinação desses fatores, somada ao efeito cambial sobre o caixa, resultou em redução da disponibilidade de caixa no montante de R\$ 523 milhões no período. Assim, encerramos o ano com saldo de caixa e equivalentes de R\$ 1,9 bilhão.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2025 com endividamento líquido de R\$ 2,2 bilhões, sendo que a relação entre dívida líquida e EBITDA Ajustado acumulado nos últimos doze meses correspondeu a 3,35x.

As obrigações em moeda estrangeira representam 58% do total (sendo 4% no curto prazo e 96% no longo prazo), enquanto 42% do endividamento está denominado em BRL (7% no curto prazo e 93% no longo prazo). Quanto ao saldo de caixa, 52% são denominados em Reais e 48% em moeda estrangeira.

Consolidado (R\$ Mil)		
ENDIVIDAMENTO	2025	2024
Curto prazo*	214.586	660.196
Longo prazo	3.881.960	4.132.189
Endividamento bruto	4.096.546	4.792.385
Caixa e equivalentes de caixa*	1.884.859	2.450.028
Endividamento líquido	2.211.687	2.342.357
Dívida bruta/EBITDA Ajustado	6,20x	3,70x
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	3,35x	1,81x

* Inclui instrumentos financeiros derivativos

Em dezembro de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral de Debenturistas, a flexibilização dos *covenants* financeiros das debêntures (*waiver*). Em contrapartida, foram estabelecidas condições como a alienação fiduciária de ativos imobilizados da Companhia, no valor de R\$ 620 milhões, a restrição temporária à recompra de ações e *bonds* e a limitação à distribuição de proventos acima do mínimo legal, entre outras obrigações.

As garantias permanecerão vigentes ao longo do período do *waiver*, que se estende do quarto trimestre de 2025 ao terceiro trimestre de 2027. Tais condições não restringem a execução do planejamento estratégico da Companhia para esse período.

INFORMAÇÕES DE EQUIDADE DE GÊNERO

Em atendimento ao disposto no § 6º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia apresenta, a seguir, os indicadores relacionados à equidade de gênero apurados para os exercícios de 2025 e 2024.

Mulheres por níveis hierárquicos

Quantidade e proporção de mulheres por níveis hierárquicos, com evolução comparativa anual.

NÍVEL HIERÁRQUICO	2025 [Qtde]	2025 [%]	2024 [Qtde]	2024 [%]	Var. [%]
Gerência e acima	27	18,0%	15	14,0%	4,0%
Chefia / Coordenação	30	14,2%	33	16,8%	-2,7%
Técnica / Supervisão	113	8,2%	106	7,6%	0,6%
Administrativo	415	42,5%	415	40,4%	2,1%
Operacional	1.054	9,2%	1.014	7,9%	1,2%
Total	1.639	11,5%	1.583	10,2%	1,3%

Mulheres contratadas por níveis hierárquicos

Quantidade e proporção de mulheres por níveis hierárquicos, com evolução comparativa anual

NÍVEL HIERÁRQUICO	2025 [Qtde]	2025 [%]	2024 [Qtde]	2024 [%]	Var. [%]
Gerência e acima	5	31,3%	1	7,1%	24,1%
Chefia / Coordenação	3	27,3%	2	12,5%	14,8%
Técnica / Supervisão	17	37,8%	12	16,2%	21,6%
Administrativo	78	74,3%	64	52,5%	21,8%
Operacional	495	13,9%	347	8,3%	5,6%
Total	598	16,0%	426	14,7%	6,3%

Mulheres na administração da Companhia

Quantidade e proporção de mulheres nos cargos da administração, com evolução comparativa anual.

ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	2025 [Qtde]	2025 [%]	2024 [Qtde]	2024 [%]	Var. [%]
Conselho de Administração*	1	11,0%	2	22,0%	-11,0%
Diretoria Estatutária	0	0	0	0	-
Total	1	7,0%	2	12,0%	-5,0%

*titulares

Igualdade remuneratória por sexo

Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, com evolução comparativa anual.

CATEGORIA FUNCIONAL	2025 [%]	2024 [%]	Var. [%]
Gerência e acima	83%	96%	-13%
Chefia / Coordenação	94%	94%	0%
Técnica / Supervisão	98%	96%	2%
Administrativo	98%	98%	0%
Operacional	97%	96%	1%

Notas metodológicas gerais:

- Os quadros atendem aos incisos I, II, III e IV do §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976.
- Os percentuais são calculados com base no total de pessoas em cada categoria ou órgão, na respectiva data-base.
- Consideram-se apenas colaboradores próprios e administradores estatutários.
- A evolução comparativa anual tem caráter informativo e não implica compromisso com metas futuras.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposto na Resolução CVM nº. 162/22, de 14 de julho de 2022, e em suas políticas internas, a Tupy S.A. preserva a independência do auditor, de acordo com a regulamentação aplicável, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes receberam R\$ 3.536 mil em honorários relativos ao serviço de auditoria das demonstrações financeiras da Tupy. Adicionalmente, prestaram serviços relacionados a (1) auditoria externa e revisão da obrigação acessória relacionada à Escrituração Contábil Fiscal (ECF), e (2) auditoria das demonstrações financeiras especiais produzidas para a acionista BNDESPAR, à qual a companhia é coligada. Tais serviços representaram, respectivamente 1% e 4% dos honorários de auditoria do ano.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria Executiva da Tupy S.A. declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia submete-se às regras da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, conforme art. 60 do seu Estatuto Social.

* * *

TUPY S.A. E CONTROLADAS**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024****(Em milhares de reais)****A T I V O**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	544.370	709.970	1.853.156	2.376.203
Instrumentos financeiros derivativos	37	27.708	71.998	31.703	73.825
Contas a receber	4	564.477	715.110	1.597.455	1.837.435
Estoques	5	424.484	545.506	1.721.952	2.197.704
Ferramentais	6	66.761	97.978	231.706	294.744
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	72.981	57.118	155.341	169.957
Demais tributos a recuperar	8	38.908	52.123	219.003	363.119
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	10	32.214	150.000	-	-
Títulos a receber e outros	15	74.887	39.553	136.739	147.392
Total do ativo circulante		1.846.790	2.439.356	5.947.055	7.460.379
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	46.193	27.485	46.290	43.405
Demais tributos a recuperar	8	11.031	12.440	21.561	47.179
Imposto de renda e contribuição social diferidos , líquidos	9	302.218	317.940	680.079	846.275
Depósitos judiciais e outros		8.310	5.925	21.781	21.131
Investimentos em instrumentos patrimoniais		-	2.404	7.486	10.436
Propriedades para investimento		-	-	4.792	3.831
Investimentos	12	3.779.539	4.794.591	-	-
Imobilizado	13	905.599	864.982	2.525.157	2.940.751
Intangível	14	61.186	54.016	137.440	137.476
Total do ativo não circulante		5.114.076	6.079.783	3.444.586	4.050.484
Total do ativo		6.960.866	8.519.139	9.391.641	11.510.863

TUPY S.A. E CONTROLADAS**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024****(Em milhares de reais)****PASSIVO**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	461.955	563.657	1.137.117	1.482.620
Obrigações de combinação de negócios	20	19.485	34.311	19.485	34.311
Financiamentos e empréstimos	17	209.747	521.906	104.680	558.558
Debêntures	18	108.076	79.565	108.076	79.565
Instrumentos financeiros derivativos	37	1.799	16.129	1.830	22.073
Tributos a pagar	19	3.295	2.702	124.704	114.298
Salários, encargos sociais e participações	21	140.946	184.706	308.905	366.056
Adiantamentos de clientes	22	54.520	39.741	370.365	316.654
Partes relacionadas	10	464	4.428	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		335	190.263	335	190.263
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	24	35.563	34.055	78.402	65.603
Títulos a pagar e outros		36.484	24.543	224.916	160.938
Total do passivo circulante		1.072.669	1.696.006	2.478.815	3.390.939
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	17	1.560.054	1.561.530	2.387.954	2.639.497
Debêntures	18	1.494.006	1.492.692	1.494.006	1.492.692
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	24	275.993	239.287	321.723	326.586
Obrigações de combinação de negócios	20	36.693	19.384	36.693	19.384
Obrigações de benefícios de aposentadoria		-	-	120.418	101.929
Outros passivos de longo prazo		18.109	18.660	38.656	40.489
Total do passivo não circulante		3.384.855	3.331.553	4.399.450	4.620.577
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26a	1.433.652	1.433.652	1.433.652	1.433.652
Gastos com emissão de ações		(6.541)	(6.541)	(6.541)	(6.541)
Remuneração baseada em ações		13.185	13.972	13.185	13.972
(-) Ações em tesouraria	26b	(30.138)	(141.916)	(30.138)	(141.916)
Ajuste de avaliação patrimonial	26c	936.649	1.123.113	936.649	1.123.113
Reservas de lucros	26a	156.535	1.069.300	156.535	1.069.300
Participação não controladores		-	-	10.034	7.767
Total do patrimônio líquido		2.503.342	3.491.580	2.513.376	3.499.347
Total do passivo e patrimônio líquido					
		6.960.866	8.519.139	9.391.641	11.510.863

TUPY S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
RECEITAS	27	3.376.829	4.042.420	9.692.948	10.665.110
Custo dos produtos vendidos	28	(2.839.699)	(3.185.819)	(8.469.797)	(8.738.519)
LUCRO BRUTO		537.130	856.601	1.223.151	1.926.591
Despesas de vendas	28	(148.668)	(219.918)	(466.656)	(561.747)
Despesas administrativas	28	(252.798)	(236.282)	(470.022)	(449.573)
Outras despesas operacionais líquidas	30	36.481	(126.054)	(442.954)	(355.604)
Participação no resultado das controladas	12	(450.737)	40.246	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(278.592)	314.593	(156.481)	559.667
Despesas financeiras	29	(396.940)	(326.785)	(442.547)	(400.941)
Receitas financeiras	29	45.140	61.482	149.796	152.067
Variações monetárias e cambiais líquidas	29	(28.452)	(10.647)	(4.109)	(51.665)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(658.844)	38.643	(453.341)	259.128
Imposto de renda e contribuição social	31	2.029	40.871	(201.211)	(176.688)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(656.815)	79.514	(654.552)	82.440
ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA TUPY S.A.		(656.815)	79.514	(656.815)	79.514
ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	2.263	2.926
RESULTADO POR AÇÃO					
Lucro (prejuízo) básico por ação	32	(4,96466)	0,55625	(4,96466)	0,55625
Lucro (prejuízo) diluído por ação	32	(4,90288)	0,54655	(4,90288)	0,54655

TUPY S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(656.815)	79.514	(654.552)	82.440
Componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	12b	(292.599)	566.830	(292.599)	566.830
Hedge de investimento líquido no exterior	37c	163.128	(232.596)	163.128	(232.596)
Efeito fiscal sobre hedge de investimento líquido no exterior	37c	(55.464)	79.088	(55.464)	79.088
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(841.750)	492.836	(839.487)	495.762

TUPY S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Gastos com emissão de ações	Remuneração baseada em ações	(-) Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total acionistas controladores	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Variação cambial de investidas	Custo atribuído ao ativo imobilizado	Reserva legal	Reserva para investimentos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.177.603	(6.541)	11.177	(3.612)	698.683	13.291	156.787	1.276.865	-	3.324.253	3.589	3.327.842
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	79.514	79.514	2.926	82.440
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(2.183)	-	-	2.183	-	-	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	12b	-	-	-	566.830	-	-	-	-	566.830	-	566.830
Hedge de investimento líquido no exterior	37c	-	-	-	(232.596)	-	-	-	-	(232.596)	-	(232.596)
Efeito fiscal sobre hedge de investimento líquido no exterior	37c	-	-	-	79.088	-	-	-	-	79.088	-	79.088
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	413.322	(2.183)	-	-	81.697	492.836	2.926	495.762
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas												
Aumento de capital	256.049	-	-	-	-	-	-	(256.049)	-	-	-	-
Plano de opção de ações	-	-	6.769	-	-	-	-	-	-	6.769	-	6.769
(-) Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	(142.278)	-	-	-	-	-	(142.278)	-	(142.278)
Transferência das ações para os beneficiários	-	-	(3.974)	3.974	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.252	1.252
Destinação do resultado:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	3.975	-	(3.975)	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	77.722	(77.722)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(190.000)	-	(190.000)	-	(190.000)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	256.049	-	2.795	(138.304)	-	-	3.975	(368.327)	(81.697)	(325.509)	1.252	(324.257)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.433.652	(6.541)	13.972	(141.916)	1.112.005	11.108	160.762	908.538	-	3.491.580	7.767	3.499.347
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.433.652	(6.541)	13.972	(141.916)	1.112.005	11.108	160.762	908.538	-	3.491.580	7.767	3.499.347
Resultado abrangente do exercício												
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(656.815)	(656.815)	2.263	(654.552)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(1.529)	-	-	1.529	-	-	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	12b	-	-	-	(292.599)	-	-	-	-	(292.599)	-	(292.599)
Hedge de investimento líquido no exterior	37c	-	-	-	163.128	-	-	-	-	163.128	-	163.128
Efeito fiscal sobre hedge de investimento líquido no exterior	37c	-	-	-	(55.464)	-	-	-	-	(55.464)	-	(55.464)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(184.935)	(1.529)	-	-	(655.286)	(841.750)	2.263	(839.487)
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas												
Plano de opção de ações	-	-	9.577	-	-	-	-	-	-	9.577	-	9.577
Transferência das ações para os beneficiários	-	-	(10.364)	10.364	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	(156.065)	-	-	-	-	-	(156.065)	-	(156.065)
Cancelamento de ações	-	-	-	257.479	-	-	-	(257.479)	-	-	-	-
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Destinação do resultado:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	(4.227)	-	4.227	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	(651.059)	651.059	-	-	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	(787)	111.778	-	-	(4.227)	(908.538)	655.286	(146.488)	4	(146.484)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.433.652	(6.541)	13.185	(30.138)	927.070	9.579	156.535	-	-	2.503.342	10.034	2.513.376

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

TUPY S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício antes do IR e CSLL		(658.844)	38.643	(453.341)	259.128
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	13 e 14	165.803	153.514	381.494	387.098
Constituição <i>impairment</i>	13 e 14	-	30.512	327.284	250.126
Reversão <i>impairment</i>		-	-	-	(61.993)
Participação no resultado de controladas	12	450.737	(40.246)	-	-
Resultado na baixa de bens do imobilizado		1.936	6.115	28.983	30.861
Juros apropriados e variações cambiais		396.216	268.751	230.699	362.143
Estimativa para perdas em recebíveis		(876)	4.418	(2.884)	8.105
Estimativa para perdas nos estoques		4.232	(2.720)	92.457	3.854
Provisões para contingências	24	87.846	50.994	138.287	85.901
Remuneração baseada em ações		9.577	6.769	9.577	6.769
Variação de instrumentos patrimoniais		-	580	(248)	554
		456.627	517.330	752.308	1.332.546
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		174.177	272.300	271.651	476.905
Estoques		116.790	(98.384)	278.941	(63.027)
Ferramentais de clientes		31.217	16	42.981	(21.500)
Demais tributos a recuperar		(33.578)	(10.738)	117.741	202.696
Títulos a receber e outros		(36.034)	11.781	5.938	(24.892)
Depósitos judiciais e outros		(3.437)	857	(1.702)	10.903
Fornecedores		(110.700)	(4.569)	(225.305)	(167.581)
Demais tributos a pagar		593	(21.796)	13.221	(3.066)
Salários, encargos sociais		(43.760)	(4.689)	(46.946)	(39.708)
Adiantamentos de clientes		14.779	4.741	71.856	37.732
Títulos a pagar e outros		23.617	(13.731)	78.037	(28.088)
Obrigações de benefícios de aposentadoria		-	-	27.928	(26.488)
Pagamentos de contingências e outras movimentações de longo prazo		(50.183)	(40.444)	(132.184)	(92.539)
Caixa gerado pelas operações		540.108	612.674	1.254.465	1.593.893
Juros pagos		(235.329)	(119.208)	(267.283)	(180.446)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.082)	(27.766)	(72.045)	(59.956)
Caixa gerado nas atividades operacionais		280.697	465.700	915.137	1.353.491
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:					
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	10	401.195	-	-	-
Aumento de capital Tupy Minas Gerais Ltda.	12b	(20.000)	(350.000)	-	-
Redução de capital MWM Tupy do Brasil Ltda.	12b	-	100.000	-	-
Obrigações combinação de negócios	20	(43.163)	(150.093)	(43.163)	(150.093)
Adições ao imobilizado e intangível	13 e 14	(200.716)	(138.475)	(447.934)	(494.670)
Caixa gerado na venda de ativo imobilizado		700	2.100	4.715	4.677
Venda de instrumentos patrimoniais		3.456	-	3.456	-
Controladas - operações de mútuo e outros		(2.577)	(740)	-	-
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		138.895	(537.208)	(482.926)	(640.086)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:					
Pagamento de financiamentos e empréstimos	17	(379.027)	(1.729.501)	(379.027)	(1.102.548)
Pagamento de debêntures	18	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Emissão de debêntures	18	-	1.500.000	-	1.500.000
Juros sobre debêntures	18	(130.257)	(128.305)	(130.257)	(128.305)
Captação de financiamentos e empréstimos	17	284.247	1.944.407	27.809	850.483
Pagamento de arrendamentos s/ direito uso ativos		(9.617)	(9.002)	(57.936)	(35.113)
Juros sobre o capital e dividendos pagos		(176.011)	(91.101)	(176.011)	(91.101)
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP pagos		(13.917)	(2.825)	(13.917)	(2.825)
Ações em tesouraria		(156.065)	(142.278)	(156.065)	(142.278)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		(580.647)	341.395	(885.404)	(151.687)
Efeito cambial no caixa do exercício		(4.545)	(41.900)	(69.854)	221.387
Aumento (diminuição) da disponibilidade de caixa		(165.600)	227.987	(523.047)	783.105
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		709.970	481.983	2.376.203	1.593.098
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		544.370	709.970	1.853.156	2.376.203

TUPY S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Geração do valor adicionado					
Venda de produtos, líquidas de devoluções e abatimentos	27	3.669.027	4.374.303	10.700.997	11.710.628
Outras receitas		-	8.961	-	8.961
Estimativa para perdas em recebíveis		876	(4.418)	2.884	(8.105)
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Matérias-primas e material de processo consumidas		(2.310.918)	(2.849.883)	(7.643.016)	(7.901.551)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		(1.869.168)	(2.374.469)	(4.858.565)	(5.029.533)
Constituição <i>impairment</i>	13 e 14	(441.750)	(444.902)	(2.457.167)	(2.621.892)
		-	(30.512)	(327.284)	(250.126)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
		1.358.109	1.524.420	3.057.981	3.809.077
Retenções:					
Depreciações e amortizações	13 e 14	(165.803)	(153.514)	(381.494)	(387.098)
		(165.803)	(153.514)	(381.494)	(387.098)
Valor adicionado líquido gerado					
		1.192.306	1.370.906	2.676.487	3.421.979
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado das controladas	12	(405.597)	101.728	149.796	152.067
Receitas financeiras	29	(450.737)	40.246	-	-
		45.140	61.482	149.796	152.067
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
		786.709	1.472.634	2.826.283	3.574.046
Distribuição do valor adicionado					
Do trabalho					
Remuneração direta		816.648	882.382	2.165.929	2.184.094
Encargos sociais - FGTS		588.017	629.216	1.765.767	1.766.729
Participação nos lucros ou resultados		41.578	43.182	76.417	79.449
Honorários da administração		41.570	74.961	88.588	114.096
Saúde e segurança no trabalho		29.658	27.384	29.658	27.384
Alimentação		64.606	67.431	105.780	107.855
Educação, capacitação e desenvolvimento profissional		16.923	14.708	30.322	29.323
Outros valores		1.257	1.072	1.884	3.877
		33.039	24.428	67.513	55.381
Do governo					
Impostos, taxas e contribuições federais		200.506	172.249	825.446	808.665
Impostos e taxas estaduais		176.672	143.980	716.961	695.322
Impostos e taxas municipais e outros		15.313	18.716	96.933	102.011
		8.521	9.553	11.552	11.332
Do capital de terceiros					
Despesas financeiras	29	426.370	338.489	489.460	498.847
Variações monetárias e cambiais líquidas	29	396.940	326.785	442.547	400.941
Aluguéis		28.452	10.647	4.109	51.665
		978	1.057	42.804	46.241
Do capital próprio					
Lucro (prejuízo) retidos		(656.815)	79.514	(654.552)	82.440
Participação de não controladores nos lucros retidos		(656.815)	79.514	(656.815)	79.514
		-	-	2.263	2.926
TOTAL DO VALOR ADICIONADO					
		786.709	1.472.634	2.826.283	3.574.046

NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	26
2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	26
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37
4. CONTAS A RECEBER.....	38
5. ESTOQUES	39
6. FERRAMENTAIS	39
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	40
8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR	40
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS	41
10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	42
11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	44
12. INVESTIMENTOS	45
13. IMOBILIZADO.....	46
14. INTANGÍVEIS.....	49
15. TÍTULOS A RECEBER E OUTROS	49
16. FORNECEDORES	50
17. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS.....	50
18. DEBÊNTURES	53
19. TRIBUTOS A PAGAR	54
20. OBRIGAÇÕES DE COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	54
21. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES	55
22. ADIANTAMENTO DE CLIENTES	55
23. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E SAÚDE	55
24. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS	56
25. TÍTULOS A PAGAR E OUTROS	60
26. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS	61
27. RECEITAS	64
28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	65
29. RESULTADO FINANCEIRO	65
30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS.....	66
31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO.....	67
32. RESULTADO POR AÇÃO	68
33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	68
34. COBERTURA DE SEGUROS	71
35. COMPROMISSOS	72
36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	72
37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E <i>HEDGE</i> DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO EXTERIOR.....	72
38. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO	75

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tupy S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente, “Companhia” ou “Consolidado”) desenvolvem soluções de engenharia aplicadas nos setores de componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização e distribuição que contribuem com a qualidade de vida das pessoas, promovendo o acesso à saúde, ao saneamento básico, à água potável, à produção e distribuição de alimentos e ao comércio global. A inovação tecnológica envolvida na produção e na criação de peças com elevada complexidade é a especialidade da empresa, em seus 88 anos de história. A Companhia possui plantas no Brasil, em Joinville-SC, em Ouro Verde do Oeste-PR (Bioplanta), em Betim-MG, em São Paulo-SP e um centro de distribuição em Jundiá-SP. No exterior, suas unidades estão localizadas no México, nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe e em Portugal na cidade de Aveiro. Além das plantas industriais, a Controladora possui subsidiárias na Holanda, atuando na centralização das operações da Companhia no exterior e para a emissão de títulos de dívida no mercado internacional. Possui também escritórios comerciais na Alemanha, EUA e Itália.

A Tupy S.A. é uma sociedade anônima, com sede em Joinville-SC, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”: TUPY3) e listada no Novo Mercado da B3 S.A.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2026.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.4.

2.2 Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia perder o controle, total ou em conjunto. Nesta situação, na data da perda de controle é dada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 as controladas consolidadas são:

		Participação (*)	Moeda funcional	Localização da sede
Controladas diretas				
Tupy Materials & Components B.V.	(a)	100,00	Dólar	Países Baixos
Tupy Minas Gerais Ltda.	(b)	100,00	Reais	Brasil
MWM - Tupy do Brasil Ltda.	(c)	100,00	Reais	Brasil
Tupy Agroenergética Ltda.	(d)	100,00	Reais	Brasil
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	(e)	100,00	Reais	Brasil
Controladas indiretas				
Tupy México Saltillo, S.A. de C.V.	(b)	100,00	Dólar	México
Technocast, S.A. de C.V.	(b)	100,00	Dólar	México
Diesel Servicios Industriales, S.A. de C.V.	(f)	100,00	Dólar	México
Tupy American Foundry Corporation	(g)	100,00	Dólar	EUA
Tupy Europe GmbH.	(g)	100,00	Euro	Alemanha
Tupy Netherlands Finance B.V.	(h)	100,00	Dólar	Países Baixos
FUNFRAP – Fundação Portuguesa, S.A.	(b)	83,60	Euro	Portugal

(*) Participação no capital social e no capital votante.

O investimento da Companhia em entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial compreende participação em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Principais atividades das empresas Controladas:

- (a) Sociedade constituída com o intuito de concentrar as atividades corporativas no exterior.
- (b) Plantas industriais voltadas ao segmento de transporte de carga, infraestrutura e agricultura.
- (c) Usinagem e montagem de motores e geradores de energia.
- (d) Sociedade que atua com atividades de reflorestamento.
- (e) Sociedade em processo de liquidação, sem atividade atualmente.
- (f) Prestadora de serviços de mão de obra para as controladas no México.
- (g) Sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica do segmento de transporte de carga, infraestrutura e agricultura;
- (h) Sociedade no exterior constituída com o intuito de possibilitar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas

são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Controladora.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais, resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado. Com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, onde são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidos na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nesses empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

As variações cambiais dos títulos monetários em moeda estrangeira classificados pelo custo amortizado são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários estão incluídas na conta ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido até a alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nesses empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

c. Controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades Consolidadas, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias do mês da transação.
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no

patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos:

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece nas demonstrações financeiras o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporárias. É registrada provisão para perda de ativos fiscais quando a capacidade de recuperação destes ativos não for provável.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos. (nota 9)

b. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, a qual é revisada anualmente, que está conforme as práticas da indústria e experiência prévia, e refletem a vida econômica do ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada planta industrial. As vidas úteis do ativo imobilizado também afetam os testes de recuperação, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de alterações materiais nas estimativas e premissas usadas na determinação da vida útil estimada. (nota 13)

c. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia testa anualmente seus ativos intangíveis e outros ativos de longo prazo sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados, estimados para serem gerados por tais ativos, são menores do que os valores contábeis desses itens.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

As estimativas de fluxo de caixa baseiam-se nos resultados históricos ajustados para refletir a melhor estimativa de mercado e condições operacionais da Companhia. As estimativas dos valores reais utilizadas pela Companhia para calcular a perda por redução do valor de recuperação, se houver, representam a melhor estimativa com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. A perda por redução do valor de recuperação também pode ocorrer quando a Companhia decide alienar ativos.

d. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas são registradas quando a possibilidade de desembolsos ou perda em demandas judiciais forem consideradas prováveis, com apoio de consultores jurídicos. O registro de provisões de contingências ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. (nota 24)

2.5 Políticas contábeis específicas da Companhia

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo. As condições de rentabilidade dessas aplicações estão apresentadas na nota 3.

b. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido, quando aplicável.

A análise para a constituição de provisão, em acordo com as normas da Companhia, considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. Tais provisões são revisadas e ajustadas a cada data base de apresentação das demonstrações financeiras. (nota 5)

c. Ferramentais

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Tais ferramentais estão suportados por contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo e são faturados mediante aceite dos clientes. (nota 6)

d. Ativos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

As classificações dos ativos financeiros são baseadas no modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos nas características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificados conforme segue:

- Instrumentos de dívida mensurados a custo amortizado (“CA”);
- Instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”);
- Instrumentos de dívida, derivativos, instrumentos de patrimônio e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros recebíveis e contratos de mútuos e são classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. Investimentos em instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros derivativos são classificados na categoria ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

(ii) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Devem ser mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte, incluindo análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e informações prospectivas. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

(v) Desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou expiram ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e *hedge* de investimento líquido no exterior

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição às taxas de câmbio.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza operações de derivativos financeiros *zero cost collar* - “ZCC”, *non deliverable forwards* - “NDF”, compra de opções “PUT” e *swaps* como instrumentos para minimizar os riscos decorrentes de variação cambial sobre sua receita operacional das empresas do Brasil e sobre o custo das empresas do México.

Os instrumentos derivativos financeiros contratados pela Companhia, são classificados como derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado e, dessa forma, todas as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado financeiro.

O valor justo total de um instrumento financeiro derivativo é classificado como não circulante, quando o vencimento do contrato for superior a 12 meses.

Hedge de investimento líquido no exterior

A Companhia designa empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como instrumento de *hedge* para proteção do risco de variação cambial proveniente de investimentos mantidos pela Companhia no exterior. Oriundos da conversão dos referidos investimentos para moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

No início de cada operação a Companhia documenta:

- a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*;
- os objetivos da gestão de risco;
- a estratégia para a realização da contabilidade de *hedge*; e,
- a avaliação de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva do ganho ou perda de um instrumento de *hedge* designado e qualificado como *hedge* de investimento líquido no exterior é reconhecida no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro da Companhia. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota 37.

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

e. Financiamentos e empréstimos e debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. (notas 17 e 18)

f. Passivos financeiros

São classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos.

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e títulos a pagar e outros.

(ii) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos

substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

g. Fornecedores participantes de operações “risco sacado”

A Companhia viabiliza programa de operação de risco sacado com instituições financeiras com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados as transações operacionais de suprimento e compra de bens ou serviços para a Companhia.

Nesse programa, a instituição financeira oferece ao fornecedor a possibilidade de receber antecipadamente seus valores a prazo, mediante aplicação de desconto financeiro. A adesão ao programa é facultativa e de exclusiva decisão do fornecedor. Independentemente de o fornecedor optar ou não pela antecipação, a Companhia mantém a obrigação original, liquidando-a na data contratada pelo valor nominal integral da fatura. A operação não altera a natureza nem o valor dos passivos registrados, tampouco transfere à Companhia encargos financeiros decorrentes da negociação entre fornecedor e instituição financeira.

Tais operações não modificam substancialmente os fluxos de caixa da Companhia, nem alteram a essência econômico-financeira dessas transações, que continuam caracterizadas como operações usuais de suprimento.

Considerando tais características o programa não representa financiamento de fornecedores, a Companhia adota como prática contábil o reconhecimento dos passivos decorrentes dessas operações na rubrica de Fornecedores (Nota 16)

A Companhia não concede garantias vinculadas a essas operações.

h. Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefícios definidos para os empregados do México que são financiados por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação ao plano de contribuição definida, no Brasil, a Companhia faz contribuições para plano de seguro de pensão privado de forma contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer

obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. (notas 21 e 23)

i. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo, bem como nas operações de manufatura de motores. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação. A receita proveniente do adiantamento de clientes é reconhecida quando da conclusão da construção de ferramentais e com a aprovação do ferramental pelo cliente. (nota 22)

j. Remuneração com base em ações

A Companhia possui plano de remuneração com base em ações para Administradores. A parte da remuneração variável desses beneficiários é liquidada através da emissão ou recompra de instrumentos de patrimônio líquido da Companhia, quando beneficiários das empresas no Brasil. Quanto aos beneficiários das subsidiárias no exterior, a liquidação ocorre em espécie. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. (nota 26)

k. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

l. Receitas

As receitas são apresentadas líquidas dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando:

- o valor das vendas é mensurável de forma confiável;
- a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta;
- os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável;
- é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia;
- e os riscos e os benefícios dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador.

Essas condições de reconhecimento da receita, normalmente estão atreladas à entrega física das mercadorias, seja nas instalações do cliente ou da Companhia, a depender do tipo de frete contratado. Para contratos que permitam ao cliente devolver os produtos, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. (nota 27)

m. Impostos indiretos

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos. De igual forma, as aquisições de mercadorias, de serviços, de ativos e as despesas, excetuando as situações em que, nas aquisições, os impostos não forem passíveis de crédito, hipótese em que tais impostos são reconhecidos como parte do custo de aquisição da mercadoria, do serviço, do ativo e da despesa, conforme o caso.

O valor dos impostos incidentes nas vendas e nas aquisições são incluídos como componente dos valores a receber ou pagar no balanço da Companhia.

O valor dos impostos, após sua apuração, (contrapondo os créditos pelas aquisições e os débitos pelas saídas), apresentarão saldo recuperável ou a pagar e são apresentados no balanço patrimonial como ativo ou passivo, respectivamente.

Esses encargos estão deduzidos da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS e o ICMS são apresentados na demonstração do resultado deduzidos do custo dos serviços prestados.

n. Informação por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

- Segmento componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização; e
- Segmento de distribuição.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho, que tem como principais indicadores o EBITDA e o lucro operacional que, em alguns casos, é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das demonstrações financeiras consolidadas.

Os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados de forma consolidada, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Receitas financeiras e custos financeiros, além de ganhos e perdas a valor justo sobre ativos financeiros, não são alocados a segmentos individuais, uma vez que instrumentos subjacentes são administrados de forma agrupada.

Impostos correntes, impostos diferidos e determinados ativos e passivos financeiros não são alocados a esses segmentos, uma vez que também são administrados de forma agrupada.

Dispêndios de capital consistem em adições de imobilizado, ativos intangíveis e propriedades para investimento, incluindo ativos originados da aquisição de subsidiárias.

2.6 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

a. Novas normas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultados, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar pelo método indireto.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Caixa e bancos no país	3.536	6.664	13.998	19.897
Aplicações financeiras no país	514.410	673.419	969.459	1.172.691
Aplicações financeiras no exterior	26.424	29.887	869.699	1.183.615
	544.370	709.970	1.853.156	2.376.203

As aplicações financeiras apresentadas como caixa e equivalentes de caixa são títulos de liquidez imediata e representam risco insignificante de mudança de valor. No país as aplicações são remuneradas pela variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 14,20% ao ano (a taxa média de 10,78% ao ano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). No exterior as aplicações são predominantemente em Dólar norte americano e remunerados pela taxa média de 3,56% ao ano (4,03% ao ano em 31 de dezembro de 2024) denominadas em *time deposit* e *overnight*.

A variação consolidada de caixa e equivalentes de caixa no período decorre de:

- Geração de caixa das atividades operacionais de R\$ 915.137;
- Amortizações de dívidas, líquidas de captações no montante de R\$ 539.411;

- Aplicações nas atividades de investimentos de R\$ 482.926;
- Distribuição aos acionistas de R\$ 189.928;
- Recompra de ações no montante de R\$ 156.065; e
- Variação cambial negativa sobre disponibilidades mantidas em moeda estrangeira de R\$ 69.854.

A Companhia opera com instituições financeiras de primeira linha conforme detalhado na nota 38.1.

4. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes, indicados por mercado e por prazo de recebimento, estão refletidos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Mercado interno	90.229	162.643	450.416	464.676
Mercado externo	484.847	563.271	1.189.215	1.417.448
Estimativa para perdas em recebíveis	(10.599)	(10.804)	(42.176)	(44.689)
	564.477	715.110	1.597.455	1.837.435

O saldo de contas a receber do mercado interno é denominado em Real e do mercado externo predominantemente em Dólar norte americano e, em menor escala, em Euro.

A variação observada em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024 decorreu da redução no quantitativo de vendas no período e valorização do Real frente ao Dólar norte americano que passou de R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025. O montante de contas a receber da Controladora inclui valores referentes a vendas para partes relacionadas, no montante de R\$ 400.885 (R\$ 458.271 em 31 de dezembro de 2024) que são eliminados na consolidação. (nota 10)

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
A vencer até 30 dias	392.758	292.528	813.553	874.506
A vencer de 31 a 60 dias	99.511	261.079	392.686	438.567
A vencer acima de 61 dias	60.229	143.515	252.182	403.060
Total a vencer	552.498	697.122	1.458.421	1.716.133
Vencidas até 30 dias	13.299	15.365	105.081	84.478
Vencidas de 31 a 60 dias	2.008	3.839	34.697	14.378
Vencidas acima de 61 dias	7.271	9.588	41.432	67.135
Total vencidas	22.578	28.792	181.210	165.991
Estimativa para perdas em recebíveis	(10.599)	(10.804)	(42.176)	(44.689)
Total	564.477	715.110	1.597.455	1.837.435

Em 31 de dezembro de 2025 a estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes representava 2,6% do saldo em aberto (em 31 de dezembro de 2024 era 2,4%). Em relação aos valores vencidos, a Companhia mantém contato próximo com os clientes no sentido de entender e subsidiar em alguma dificuldade de processo que possa ter gerado atraso no pagamento, podendo em casos extremos notificar, adotar medidas de cobrança previstas em contrato e até suspender novas remessas.

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar a estimativa para perdas em recebíveis, que apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Saldo inicial	(10.804)	(7.474)	(44.689)	(38.331)
Adições	(9.949)	(13.259)	(33.328)	(35.742)
Reversões	9.836	8.841	33.010	27.637
Baixas (*)	318	1.088	2.831	1.747
Saldo final	(10.599)	(10.804)	(42.176)	(44.689)

(*) Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Produtos acabados	209.148	243.212	671.428	752.135
Produtos em elaboração	114.878	149.502	453.511	697.092
Matérias-primas	89.490	127.620	545.542	604.806
Materiais de manutenção e outros	22.299	32.271	180.277	219.915
Estimativa para perdas em estoques	(11.331)	(7.099)	(128.806)	(76.244)
	424.484	545.506	1.721.952	2.197.704

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido de estimativas de perdas conforme normas internas, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, no contexto do ajuste de alocação da capacidade produtiva, um montante de estoques de manutenção sem utilização prevista foi identificado, os quais não contribuirão para a operação futura da Companhia, desta forma estimativa para perda de R\$ 39.895 foi registrada. (nota 30)

As demais variações observadas nos saldos dos estoques refletem ações de redução de capital de giro aliadas a valorização do Real frente ao Dólar norte americano, que passou de R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025.

A estimativa para perdas em estoques apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Saldo inicial	(7.099)	(9.819)	(76.244)	(72.390)
Reversões (adições)	(20.384)	(815)	(80.073)	(16.884)
Baixas por perda	16.152	3.535	27.511	13.030
Saldo final	(11.331)	(7.099)	(128.806)	(76.244)

6. FERRAMENTAIS

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Ferramentais mercado interno	18.691	22.855	41.450	42.887
Ferramentais mercado externo	48.070	75.123	190.256	251.857
	66.761	97.978	231.706	294.744

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos de fornecimento, onde a construção, em grande parte, é financiada pelos próprios clientes (nota 22). A variação observada no saldo decorre, do faturamento dos projetos aos clientes atrelada a valorização do Real frente ao Dólar norte americano, que passou de R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	dez/25			dez/24		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora	72.981	46.193	119.174	57.118	27.485	84.603
Imposto de renda	64.818	32.735	97.553	57.118	11.490	68.608
Contribuição social	8.163	13.458	21.621	-	15.995	15.995
Controladas	82.360	97	82.457	112.839	15.920	128.759
Imposto de renda	81.462	97	81.559	112.052	15.920	127.972
Contribuição social	898	-	898	787	-	787
Consolidado	155.341	46.290	201.631	169.957	43.405	213.362

Os acréscimos identificados em relação a 2024 na Controladora referem-se a impostos pagos por estimativa, retenções na fonte sobre os juros sobre o capital próprio e sobre o rendimento de aplicações financeiras. Nas subsidiárias decorre, substancialmente, de antecipações de impostos realizadas pela Tupy México Saltillo, S.A. de C.V.; e impostos pagos por estimativa, retenções na fonte sobre o rendimento de aplicações financeiras da MWM Tupy do Brasil Ltda., nos montantes de R\$ 43.507 e R\$ 33.407 respectivamente.

8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR

Controladora

	dez/25			dez/24		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a recuperar - SP (a)	2.501	-	2.501	287	-	287
ICMS a recuperar - SC (a)	7.366	4.254	11.620	8.948	5.662	14.610
Benefício Reintegra	505	-	505	875	-	875
COFINS, PIS e IPI a recuperar (b)	28.536	6.777	35.313	42.013	6.778	48.791
	38.908	11.031	49.939	52.123	12.440	64.563

Consolidado

	dez/25			dez/24		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a recuperar - SP (a)	29.232	1.102	30.334	80.011	23.232	103.243
ICMS a recuperar - SC (a)	7.366	4.254	11.620	8.948	5.662	14.610
ICMS a recuperar - MG (a)	829	9.428	10.257	2.457	3.259	5.716
Benefício Reintegra	733	-	733	897	-	897
COFINS, PIS e IPI a recuperar (b)	48.569	6.777	55.346	120.540	15.026	135.566
Imposto sobre valor agregado - IVA (c)	132.274	-	132.274	150.266	-	150.266
	219.003	21.561	240.564	363.119	47.179	410.298

a. ICMS a recuperar

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados, e de compras de ativos imobilizados, estes realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável.

Referido crédito vem sendo realizado mensalmente mediante transferências para terceiros.

b. PIS, COFINS e IPI a recuperar

São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias e para compensação de outros tributos federais para a parcela de origem proporcional às receitas de exportação. Para os créditos de origem proporcional às receitas do mercado interno a utilização se dá pela compensação em conta gráfica.

A variação observada em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2024 decorre da utilização para compensação de tributos federais.

c. Imposto sobre valor agregado – IVA

São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo das controladas no exterior. Referidos créditos são reembolsados regularmente pelas respectivas autoridades fiscais.

A redução observada em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2024 decorre, majoritariamente, do ressarcimento de valores pelo fisco e de compensações de IVA a pagar com os saldos a recuperar.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Ativo diferido				
Prejuízo fiscal IRPJ e base negativa CSLL	186.236	202.704	399.861	557.305
Provisões para contingências	63.788	47.137	97.209	117.364
Impostos e contribuições a recuperar	1.357	38.602	4.400	41.687
Impairment imobilizado	5.608	5.608	72.423	72.262
Salários, encargos sociais e participações	11.645	22.282	36.173	24.317
Estimativa para perdas no contas a receber	8.344	13.716	49.241	47.713
Estimativa para perdas nos estoques	4.442	3.074	20.082	20.794
Provisão remuneração baseada em ações	3.851	4.750	3.851	4.750
Ferramentais de terceiros	-	-	23.009	8.824
Contratos derivativos - opções	-	5.484	3.124	8.213
Outros itens	1.381	-	6.622	24.159
Imobilizado - base fiscal (México)	-	-	979	-
Diferenças de taxas de depreciação	22.148	7.033	21.363	3.214
Amortização mais valia equipamentos	8.472	5.648	8.472	5.648
Diferencial de alíquota subsidiárias	23.394	22.752	23.394	22.752
Lucros não realizados nas subsidiárias	-	-	1.793	16.085
Sub-total	340.666	378.790	771.996	975.087
Passivo diferido				
Efeito combinação de negócios	24.674	24.674	24.674	24.674
Imobilizado - ajuste de avaliação patrimonial	4.965	5.753	5.283	6.161
Contratos derivativos - opções	8.809	24.479	8.809	24.479
Imposto diferido sobre avaliação de ativos	-	-	31.950	32.162
Imposto diferido s/ ICMS na base de PIS/COFINS	-	-	-	11.960
Imobilizado - base fiscal (México)	-	-	-	7.097
Outros itens	-	5.944	21.201	22.279
Sub-total	38.448	60.850	91.917	128.812
Total líquido do ativo diferido	302.218	317.940	680.079	846.275

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia preparou análise da capacidade de realização dos montantes de ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, para todas as entidades detentoras destes direitos, considerando as circunstâncias atuais, as projeções de resultados futuros e a decadência do direito após dez anos (este último apenas para as entidades do México) e identificou a necessidade da constituição de *impairment* no montante de R\$ 125.600. (nota 31a)

Após o ajuste, a estimativa de realização futura é como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
2025	-	100.080	-	233.293
2026	82.080	60.842	230.174	118.416
2027	62.967	68.490	120.521	124.750
2028	71.230	38.503	126.855	55.751
2029	41.888	8.674	57.856	23.228
2030	12.080	8.674	25.333	23.228
Após	70.421	93.527	211.257	396.421
	340.666	378.790	771.996	975.087

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os créditos e débitos fiscais diferidos apresentaram as seguintes movimentações:

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2024 e 2023	317.940	212.057	846.275	780.516
Efeito no resultado				
Reconhecido no resultado	39.742	26.795	(84.879)	(93.340)
Reconhecido no resultado abrangente (nota 37c)	(55.464)	79.088	(55.464)	79.088
Efeito de conversão para moeda de apresentação	-	-	(25.853)	80.011
Saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024	302.218	317.940	680.079	846.275

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Controladora com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

a. Empresas controladas

Ativo	dez/25	dez/24
Contas a receber	400.885	458.271
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.	202.312	232.568
Tupy Materials & Components B.V.	90.469	19.209
Tupy American Foundry Co.	38.514	127.706
Tupy Minas Gerais Ltda.	19.789	11.091
MWM Tupy do Brasil Ltda.	18.359	16.473
Technocast, S.A. de C.V.	15.490	7.045
Tupy Europe GmbH.	14.370	41.958
Funfrap - Fundação Portuguesa S.A.	1.582	2.221
Títulos a receber e outros	52.214	150.000
MWM Tupy do Brasil Ltda.	32.214	150.000
Tupy Minas Gerais Ltda.	20.000	-
	453.099	608.271
Passivo	dez/25	dez/24
Financiamentos e empréstimos	1.393.632	1.275.551
Tupy Netherlands Finance B.V.	1.238.136	1.233.088
Tupy Europe GmbH.	99.089	42.463
Tupy Materials & Components B.V.	56.407	-
Títulos a pagar e outros	18.264	16.165
Tupy Minas Gerais Ltda.	8.309	9.102
Tupy Europe GmbH.	4.564	2.045
Tupy American Foundry Co.	4.006	3.072
Tupy México Saltillo S.A. de C.V.	867	1.055
MWM Tupy do Brasil Ltda.	518	22
Technocast, S.A. de C.V.	-	869
Partes relacionadas (mútuos)	464	4.428
Tupy Agroenergética Ltda.	464	4.428
	1.412.360	1.296.144

Demonstração do resultado	2025	2024
Receitas	1.896.190	2.504.038
Tupy American Foundry Corporation	619.939	987.810
Tupy Material & Components B.V.	596.798	338.278
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.	284.521	540.156
MWM Tupy do Brasil Ltda.	260.715	291.884
Tupy Europe GmbH.	126.506	345.894
Technocast, S.A. de C.V.	7.027	-
Tupy Minas Gerais Ltda.	684	16
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	64.621	22.425
Tupy Europe GmbH.	16.996	(1.293)
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.	14.213	9.419
Tupy Material & Components B.V.	8.987	1.240
Tupy Minas Gerais Ltda.	7.965	-
FUNFRAP – Fundação Portuguesa, S.A.	7.480	9.570
Tupy American Foundry Corporation	6.860	-
Technocast, S.A. de C.V.	2.057	3.489
MWM Tupy do Brasil Ltda.	63	-
Despesa financeira	(94.536)	(93.427)
Tupy Netherlands Finance B.V.	(91.073)	(91.052)
Tupy Europe GmbH.	(2.100)	(2.375)
Tupy Material & Components B.V.	(1.363)	-
	1.866.275	2.433.036

A Companhia segue a Política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e disponível para consulta no site do Relações com Investidores.

As atividades operacionais das controladas estão divulgadas na nota 2.2.

Os direitos a receber (nota 4) e as receitas de vendas da Controladora com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias do segmento de transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia. Os valores respeitam as tabelas de preços de vendas praticados pela Companhia e os prazos são de 60 a 90 dias, conforme estabelecido entre as partes. Em 31 de dezembro de 2025 as partes relacionadas não apresentavam títulos em atraso por questões de inadimplência e por isso a Controladora não possui estimativa para perda desses recebíveis.

Títulos a pagar e outros referem-se a contas correntes entre as Controladas no exterior e a Controladora basicamente por assistência técnica no segmento de transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia, com prazo de 30 a 60 dias, conforme estabelecido entre as partes.

As condições dos empréstimos concedidos pelas Subsidiárias para a Controladora estão divulgadas na nota 17.

As demais operações correspondem a contratos de mútuos a pagar entre controladas no Brasil e a Companhia, com prazo indeterminado, remunerados pela variação da TR – Taxa Referencial.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas referem-se a venda de ativo imobilizado da linha de usinagem do Brasil para as subsidiárias Technocast S.A. de C.V. e Tupy México Saltillo S.A. de C.V.

b. Principais acionistas

A Companhia tem como principais acionistas o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (30,7%), a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (27,0%) e a Trígono Capital (6,6%).

c. Remuneração dos administradores

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Remuneração fixa	5.188	5.365	10.360	8.725	15.548	14.090
Remuneração variável	-	-	4.691	7.889	4.691	7.889
Remuneração baseada em ações	-	-	9.419	5.405	9.419	5.405
	5.188	5.365	24.470	22.019	29.658	27.384

A remuneração global anual, líquida dos encargos sociais, aprovada em AGO em 30 de abril de 2025 para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 58.496 (R\$ 49.650 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Na remuneração global anual está contemplado o montante de R\$ 9.041 (R\$ 8.600 para o exercício de 2024) a título de verba de cessação de cargo.

A remuneração dos administradores estatutários ocorre apenas na Controladora.

Os valores registrados de remuneração variável da Diretoria Executiva são a título de provisão, em acordo com as metas estabelecidas para o exercício.

Para a remuneração baseada em ações, as informações sobre os Planos de Outorga de Opção de Compra ou de Subscrição de Ações de Emissão da Tupy S.A. ("Plano"), aprovado em novembro de 2022, estão divulgadas na nota 26.

A título de benefícios corporativos, os Diretores da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas destes, seguro saúde, seguro de vida, plano de previdência de contribuição definida e indenização por rescisão contratual. Em 31 de dezembro de 2025 estes benefícios totalizaram R\$ 12.718 (R\$ 4.566 no mesmo período do ano anterior).

O incremento na linha de remuneração baseada em ações está associado à antecipação das outorgas de 2023, 2024 e 2025 para um beneficiário que teve seu contrato rescindido no exercício de 2025. Em função dessa antecipação, foram transferidas 290.648 ações de emissão da Companhia, anteriormente mantidas em tesouraria, para atendimento às obrigações do plano de remuneração baseado em ações. (nota 26d)

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração.

d. Outras partes relacionadas

A Controladora participa como patrocinadora na Associação Atlética Tupy, fundação sem fins lucrativos, que desenvolve atividades de lazer e esporte aos funcionários da Companhia e a comunidade. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu como despesa com patrocínio o montante de R\$ 1.704 (R\$ 1.611 em 31 de dezembro de 2024).

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia possui ativos classificados como propriedades para investimentos, constituídos substancialmente por áreas de terras e florestas, de propriedade da controlada Tupy Agroenergética Ltda. O saldo contábil em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 4.792 (R\$ 3.831 em 2024), considerando o custo histórico como base para contabilização.

12. INVESTIMENTOS

a. Composição dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (goodwill/mais valia)	Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2025							
Investimentos em controladas							
Tupy Materials & Components B.V. (**)	6.088.247	2.665.011	10.714	65.198	100,00	102.113	2.656.211
Tupy Minas Gerais Ltda.	348.016	(283.841)	45.199	(764.178)	100,00	(762.599)	(241.457)
MWM Tupy do Brasil Ltda.	1.749.288	1.165.240	183.835	210.075	100,00	210.075	1.349.075
Tupy Agroenergética Ltda.	11.896	9.222	-	902	100,00	902	9.222
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	12.595	6.488	-	(1.228)	100,00	(1.228)	6.488
						(450.737)	3.779.539

(*) Ajustado pelos lucros não realizados.

(**) Controladora das operações de mercado externo.

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (Goodwill/Mais Valia)	Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2024							
Investimentos em controladas							
Tupy Materials & Components B.V. (**)	7.095.142	3.000.568	10.714	(94.517)	100,00	(78.806)	2.905.187
Tupy Minas Gerais Ltda.	891.691	460.340	45.199	(128.074)	100,00	(118.305)	500.297
MWM Tupy do Brasil Ltda.	1.969.736	1.180.933	192.138	241.396	100,00	241.396	1.373.071
Tupy Agroenergética Ltda.	14.302	8.319	-	(4.704)	100,00	(4.704)	8.319
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	11.515	7.717	-	665	100,00	665	7.717
						40.246	4.794.591

(*) Ajustado pelos lucros não realizados.

(**) Controladora das operações de mercado externo.

b. Movimentação dos investimentos

Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.126.332
Participação no resultado das controladas	40.246
Impairment goodwill	(30.512)
Variação cambial de investidas no exterior	566.830
Realização de mais valia	(8.305)
Aumento de capital Tupy Minas Gerais Ltda.	350.000
Redução de capital MWM Tupy do Brasil Ltda.	(100.000)
JCP e dividendos recebidos	(150.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.794.591
Participação no resultado das controladas	(450.737)
Variação cambial de investidas no exterior	(292.599)
Realização de mais valia	(8.307)
Aumento de capital Tupy Minas Gerais Ltda.	20.000
JCP e dividendos recebidos	(283.409)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.779.539

O resultado da equivalência patrimonial é reconhecido no resultado do exercício e a variação cambial de investidas no exterior é reconhecida no resultado abrangente e compõe o saldo da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Tupy Materials and Components B.V.

Em 27 de fevereiro de 2025 foi aprovada a distribuição de dividendos de até USD 10,0 milhões da Tupy Materials and Components B.V. para a Tupy S.A. As liquidações ocorreram em 08 de abril no montante de R\$ 47.494 (equivalentes a USD 8,0 milhões) e em 08 de julho no valor de R\$ 10.915 (equivalentes a USD 2,0 milhões).

d. MWM Tupy do Brasil Ltda.

Nos exercícios de 2025 e 2024 foram distribuídos para a controladora, a título de juros sobre o capital próprio e dividendos, os montantes conforme descritos a seguir:

Data da deliberação	Forma	Valor Bruto	Valor líquido	Data de pagamento
26.09.25	JCP	57.169	48.594	30.10.25
26.09.25	Dividendo	80.000	80.000	26.11.25
26.09.25	Dividendo	50.000	50.000	19.12.25
26.09.25	JCP	37.831	32.156	14.01.26
		225.000	210.750	
Data da deliberação	Forma	Valor Bruto	Valor líquido	Data de pagamento
18.12.24	JCP	70.000	59.500	15.01.25
18.12.24	Dividendo	80.000	80.000	15.01.25
		150.000	139.500	

e. Tupy Minas Gerais Ltda.

Em 28 de novembro de 2025 foi aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, o aumento de capital social da subsidiária Tupy Minas Gerais Ltda., em espécie, no montante de R\$ 20.000. A capitalização ocorreu em 10 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 a planta passou por teste de *impairment* de ativos e como resultado reconheceu perda de R\$ 367.179 de itens do imobilizado, intangível e estoques (nota 30) e R\$ 125.600 de imposto de renda e contribuição social diferidos. (nota 31)

f. Tupy Netherlands Finance B.V.

Em 21 de janeiro de 2025, foi concluído o processo de alteração da denominação social e da jurisdição da subsidiária indireta Tupy Overseas S.A., anteriormente sediada em Luxemburgo. A entidade passou a adotar a denominação Tupy Netherlands Finance B.V., com sua sede transferida para os Países Baixos. Mantendo a continuidade operacional e jurídica da entidade, sem impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

13. IMOBILIZADO**a. Movimentação do ativo imobilizado**

Controladora	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Direito uso de ativos	Imobilizações em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.957.054	408.549	8.948	35.269	7.141	25.980	188.787	2.631.728
Adições	156.928	19.690	-	5.990	593	4.913	(34.696)	153.418
Baixas	(31.488)	(510)	-	(2.036)	(43)	(5.995)	-	(40.072)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.082.494	427.729	8.948	39.223	7.691	24.898	154.091	2.745.074
Adições	164.490	19.128	-	3.076	978	6.294	2.119	196.085
Baixas	(8.820)	-	-	(91)	(76)	(6.032)	-	(15.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.238.164	446.857	8.948	42.208	8.593	25.160	156.210	2.926.140
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.527.052)	(217.490)	-	(17.781)	(3.616)	(8.545)	-	(1.774.484)
Depreciação no período	(114.291)	(12.680)	-	(2.652)	(522)	(9.420)	-	(139.565)
Baixas	26.704	510	-	1.813	37	4.893	-	33.957
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.614.639)	(229.660)	-	(18.620)	(4.101)	(13.072)	-	(1.880.092)
Depreciação no período	(126.365)	(13.675)	-	(3.358)	(543)	(9.591)	-	(153.532)
Baixas	7.116	-	-	78	71	5.818	-	13.083
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.733.888)	(243.335)	-	(21.900)	(4.573)	(16.845)	-	(2.020.541)
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2024	467.855	198.069	8.948	20.603	3.590	11.826	154.091	864.982
Em 31 de dezembro de 2025	504.276	203.522	8.948	20.308	4.020	8.315	156.210	905.599

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Consolidado	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Direito uso de ativos	Imobilizações em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.033.375	1.508.157	339.935	43.826	127.838	136.421	582.543	8.772.095
Adições	438.264	69.804	9.536	6.219	7.507	13.599	(87.278)	457.651
Efeito conversão moeda apresentação	804.179	192.317	20.822	956	12.471	45.503	82.766	1.159.014
Impairment	(219.614)	-	-	-	-	-	-	(219.614)
Baixas	(453.134)	(1.920)	-	(3.923)	(7.021)	(25.893)	-	(491.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.603.070	1.768.358	370.293	47.078	140.795	169.630	578.031	9.677.255
Adições	327.427	32.150	-	4.158	9.269	43.422	44.984	461.410
Efeito conversão moeda apresentação	(340.664)	(84.822)	(10.186)	(317)	(3.568)	(8.793)	(36.488)	(484.838)
Impairment	(208.472)	(60.411)	-	(2.036)	(10.252)	(6.564)	(37.056)	(324.791)
Baixas	(68.278)	(5.464)	-	(880)	(12.941)	(67.062)	-	(154.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.313.083	1.649.811	360.107	48.003	123.303	130.633	549.471	9.174.411
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.834.080)	(952.083)	-	(24.030)	(101.061)	(68.128)	-	(5.979.382)
Depreciação no período	(275.152)	(45.316)	-	(3.594)	(8.152)	(32.909)	-	(365.123)
Efeito conversão moeda apresentação	(669.095)	(133.646)	-	(630)	(11.011)	(38.647)	-	(853.029)
Baixas	425.019	1.511	-	3.564	6.696	24.240	-	461.030
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.353.308)	(1.129.534)	-	(24.690)	(113.528)	(115.444)	-	(6.736.504)
Depreciação no período	(254.864)	(50.350)	-	(4.170)	(8.912)	(40.724)	-	(359.020)
Efeito conversão moeda apresentação	258.123	56.049	-	194	3.152	3.110	-	320.628
Baixas	53.927	5.189	-	847	12.193	53.486	-	125.642
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(5.296.122)	(1.118.646)	-	(27.819)	(107.095)	(99.572)	-	(6.649.254)
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2024	1.249.762	638.824	370.293	22.388	27.267	54.186	578.031	2.940.751
Em 31 de dezembro de 2025	1.016.961	531.165	360.107	20.184	16.208	31.061	549.471	2.525.157

Imobilizações em andamento contemplam vários investimentos na sustentação da capacidade, meio ambiente, segurança do trabalho e desenvolvimento de projetos estratégicos.

b. Impairment de ativos não financeiros

Com o aumento da capacidade produtiva global da Companhia, após recentes aquisições, estudos foram realizados para a realocação de produtos e a descontinuação de ativos menos eficientes. Neste contexto, uma das plantas localizadas no México foi identificada a ter produtos realocados e sua capacidade operacional, a partir de 2025, foi reduzida, passando a operar com capacidade ociosa.

Ato contínuo, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou teste de *impairment* para avaliar a capacidade de realização de seus ativos fixos, na nova configuração de utilização da capacidade, tendo como resultado identificado ajuste da ordem de R\$ 219.612 (nota 13b das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024).

Fatores geopolíticos, com reflexos na estratégia dos clientes levaram a Companhia, a partir do segundo trimestre de 2025, a promover alterações significativas nesse processo, incluindo o redirecionamento do projeto originalmente previsto e o início de um novo plano de adequação de capacidade a partir do Brasil.

Neste contexto a Companhia realizou teste de *impairment* em uma das plantas localizadas no Brasil. Como resultado do teste, foi identificado necessidade de ajuste da ordem de R\$ 324.791. Referido valor foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício de 2025, dentro da linha "outras despesas operacionais", conforme previsto no CPC 01 (R1), item 60. Como os ativos afetados não estavam registrados pelo modelo de reavaliação, a perda foi integralmente reconhecida no resultado.

A unidade geradora de caixa (UGC) testada integra o segmento de componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização da Companhia e abrange todos os ativos operacionais da planta, incluindo máquinas e equipamentos, edificações, móveis e utensílios e veículos. As projeções evidenciam deterioração da capacidade de recuperação econômica da planta. A metodologia para mensuração do valor recuperável da unidade geradora de caixa foi avaliada pelo maior montante entre o valor justo líquido de despesa e o valor em uso.

Considerando que as projeções elaboradas indicam incapacidade de geração de fluxos de caixa positivos, a mensuração do valor recuperável refletiu essa condição, reconhecendo-se o *impairment* dos ativos que permaneceriam vinculados à operação deficitária. As premissas utilizadas estão alinhadas ao orçamento aprovado e às condições de mercado vigentes, assegurando consistência técnica e aderência aos requerimentos normativos aplicáveis.

Da base total do ativo imobilizado da planta em questão, foram segregados:

- R\$ 35.688 referentes a ativos com elevada previsibilidade de transferência para outras plantas da Companhia, para os quais se espera continuidade de uso econômico;
- R\$ 6.302 correspondentes ao terreno, mantido ao valor contábil por não haver evidência de que seu valor recuperável seja inferior ao valor registrado; e,
- R\$ 9.977 relativos a ativos destinados à realização por meio de leilão ou por utilização como matéria prima no processo de produção.

A Companhia realizará avaliações periódicas para verificar se as condições de mercado ou operacionais justificam uma eventual reversão da perda, conforme previsto nos itens 117 a 121 da norma. No momento, não há indicadores de que o valor recuperável dos ativos da planta possa aumentar no curto prazo.

c. Depreciação

A Companhia deprecia o imobilizado pelo método linear, utilizando as vidas úteis médias baseadas em laudo elaborado por especialistas, demonstradas a seguir:

Consolidado	Vida útil média
Máquinas, instalações e equipamentos	14 anos
Edificações	42 anos
Veículos	9 anos
Móveis, utensílios e outros	11 anos

d. Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o período de construção, para os ativos qualificáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados juros sobre o ativo imobilizado no montante de R\$ 8.527 (R\$ 17.704 durante o exercício de 2024).

e. Garantias

Bens do ativo imobilizado da Companhia estão dados em garantia em processos tributários no montante de R\$ 760 (R\$ 2.765 em 31 de dezembro de 2024), valorizados pelo custo original do bem.

Em dezembro de 2025 ocorreu através da assembleia geral de debenturistas - AGD, a concessão e formalização do *waiver* com flexibilização dos *covenants* financeiros das debêntures (nota 17h), com inclusão de garantias em bens do ativos imobilizado da Companhia no montante de R\$ 620.000. As garantias ficarão válidas durante o período do *waiver*, compreendido entre o quarto trimestre de 2025 e o terceiro trimestre de 2027.

f. Valores segurados

Os ativos imobilizados estão segurados contra incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. (nota 34)

g. Transações que não impactaram no caixa

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Os montantes destas transações somaram R\$ 30.818 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 29.865 em 31 de dezembro de 2024).

14. INTANGÍVEIS

Controladora	Software	Projetos próprios	Projetos em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.375	3.880	18.079	54.334
Aquisição/custos	9.197	2.448	1.986	13.631
Amortização	(11.709)	(2.240)	-	(13.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.863	4.088	20.065	54.016
Aquisição/custos	11.316	1.866	6.259	19.441
Amortização	(10.179)	(2.092)	-	(12.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	31.000	3.862	26.324	61.186

Consolidado	Software	Ágio (Goodwill)	Marca	Projetos próprios	Projetos em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.561	41.226	31.354	3.880	18.079	157.100
Aquisição/custos	20.591	-	-	2.448	1.986	25.025
Impairment	-	(30.512)	-	-	-	(30.512)
Efeito conversão moeda apresentação	7.838	-	-	-	-	7.838
Amortização	(19.735)	-	-	(2.240)	-	(21.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	71.255	10.714	31.354	4.088	20.065	137.476
Aquisição/custos	19.624	-	-	1.866	6.259	27.749
Efeito conversão moeda apresentação	(2.818)	-	-	-	-	(2.818)
Amortização	(20.382)	-	-	(2.092)	-	(22.474)
Impairment	(2.493)	-	-	-	-	(2.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	65.186	10.714	31.354	3.862	26.324	137.440

a. Software

Composto basicamente por licença para sistema integrado de gestão empresarial (ERP). A amortização está sendo realizada, de forma linear, em 10 anos.

b. Ágio (goodwill)

Intangível representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada indireta pertencente ao segmento de transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia, Technocast S.A., de C.V., gerado substancialmente por sinergias esperadas.

Em 31 de dezembro de 2024, alinhado com as premissas que resultaram na provisão de *impairment* do ativo imobilizado, a Companhia reverteu ágio no montante de R\$ 30.512 que havia sido reconhecido por ocasião da combinação de negócios ocorrida em 16 de abril de 2012 (nota 14b das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024).

15. TÍTULOS A RECEBER E OUTROS

Títulos a receber e outros são compostos por adiantamentos para importação e para empregados, despesas pagas antecipadamente e outras contas a receber não relacionadas diretamente a operação.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Mercado interno	342.128	430.222	598.809	747.223
Mercado externo	56.619	69.437	383.167	562.232
Subtotal	398.747	499.659	981.976	1.309.455
Operações de risco sacado	63.208	63.998	155.141	173.165
Total	461.955	563.657	1.137.117	1.482.620

A variação no saldo de fornecedores reflete, principalmente, a estratégia da Companhia na adequação dos volumes e redução de estoques, aliado a valorização do Real frente ao Dólar norte americano que passou de R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui contratos firmados com as instituições financeiras para estruturar, com os seus principais fornecedores, operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras, que, por sua vez, se tornam credores da operação. Considerando que não há encargos financeiros, garantia concedida, que os prazos não alteram significativamente e tratar-se de operações de suprimento de bens e serviços, a Companhia reconhece os respectivos passivos financeiros oriundos destas transações na rubrica de Fornecedores.

17. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Controladora				
	Vencimento	Taxa efetiva	dez/25	dez/24
Moeda Nacional			99.536	79.290
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (a)	jul/2032	TJLP - 0,11% a.a.	89.615	65.782
Finame PSI	jan/2025	6,00% a.a.	-	36
Arrendamento direito de uso	jul/2029	18,89% a.a.	9.921	13.472
Moeda Estrangeira			1.670.265	2.004.146
Pré-pagamento de exportações - Controladas (b)	jan/2028	VC + 5,75% a.a.	1.393.632	1.275.551
BNDES Exim (c)	abr/2029	VC + 5,63% a.a.	276.633	304.782
Adiantamento contrato de câmbio - ACC (d)	mai/2025	VC + 6,35% a.a.	-	423.813
Parcela circulante			209.747	521.906
Parcela não circulante			1.560.054	1.561.530
			1.769.801	2.083.436
Consolidado				
	Vencimento	Taxa efetiva	dez/25	dez/24
Moeda Nacional			108.565	86.368
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (a)	jul/2032	TJLP - 0,11% a.a.	89.615	65.782
Finame PSI	jan/2025	6,00% a.a.	-	36
Arrendamento direito de uso	jul/2029	15,85% a.a.	18.950	20.550
Moeda Estrangeira			2.384.069	3.111.687
Senior Unsecured Notes - US\$375.000 (e)	fev/2031	VC + 4,50% a.a.	2.087.244	2.346.908
BNDES Exim (c)	abr/2029	VC + 5,63% a.a.	276.633	304.782
Adiantamento contrato de câmbio - ACC (d)	mai/2025	VC + 6,35% a.a.	-	423.813
Arrendamento direito de uso	jul/2029	VC + 7,77% a.a.	20.192	36.184
Parcela circulante			104.680	558.558
Parcela não circulante			2.387.954	2.639.497
			2.492.634	3.198.055

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Trata-se de financiamento para projetos de inovação obtido junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, contratado em julho de 2022. O valor total da linha de crédito é de R\$ 103.000.

Abaixo estão demonstradas as liberações ocorridas e que estão em aberto na data base de 31 de dezembro de 2025:

Controladora					
Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nocional
					BRL
3T22	FINEP	jul/32	TJLP - 0,11% a.a.	mensal	37.080
2T24	FINEP	jul/32	TJLP - 0,11% a.a.	mensal	27.810
3T25	FINEP	jul/32	TJLP - 0,11% a.a.	mensal	27.810
					92.700

b) Pré-pagamento de exportações – Controladas

A Controladora possui operações de pré-pagamento de exportações com suas subsidiárias. Abaixo estão demonstradas, em milhares de dólares, as operações em aberto na data base de 31 de dezembro de 2025:

Controladora						
Captação	Controlada	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nocional	
					USD	EUR
1T24	Tupy Europe GmbH.	mar/27	VC + 5,06% a.a.	semestral	-	6.500
2T24	Tupy Netherlands Finance B.V.	jun/27	VC + 6,18% a.a.	semestral	35.000	-
3T24	Tupy Netherlands Finance B.V.	ago/27	VC + 5,78% a.a.	semestral	160.000	-
1T25	Tupy Netherlands Finance B.V.	jan/28	VC + 5,67% a.a.	semestral	25.000	-
3T25	Tupy Europe GmbH.	jul/28	VC + 5,14% a.a.	semestral	10.000	-
3T25	Tupy Materials & Components B.V.	jul/28	VC + 5,14% a.a.	semestral	10.000	-
					240.000	6.500

c) BNDES – Exim

A Controladora possui linhas de créditos de BNDES – Exim com o Banco Itaú S.A. Abaixo estão demonstradas, em milhares de dólares, as operações em aberto na data base de 31 de dezembro de 2025:

Controladora					
Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nocional
					USD
3T23	BNDES-Exim	ago/28	VC + 5,58% a.a.	trimestral	18.330
1T24	BNDES-Exim	abr/29	VC + 5,66% a.a.	trimestral	29.926
					48.256

Para proteção da exposição cambial foram realizadas contrações de opções nos termos apresentados abaixo:

Controladora					
Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nocional
					BRL
3T23	Swap	ago/28	108,50% CDI	trimestral	89.666
1T24	Swap	abr/29	108,30% CDI	trimestral	149.239
					238.905

Considerando que a Companhia contratou operações de *swap* para cobertura da exposição cambial decorrente destes passivos financeiros, os instrumentos de empréstimos, assim como os instrumentos derivativos estão sendo avaliados pelo valor justo por meio do resultado. (nota 37b)

d) Adiantamento de contrato de câmbio – ACC

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na contratação, a Controladora liquidou a operação no montante de R\$ 374.255 (USD 65,0 milhões) de principal. O efeito da variação cambial foi contraposto pelo recebimento de *swap* no montante de R\$ 13.315.

e) Senior Unsecured Notes – US\$ 375.000 mil

A Companhia emitiu títulos de dívida no mercado internacional, por meio de sua controlada indireta Tupy Netherlands Finance B.V. (antiga Tupy Overseas S.A.). As *Senior Unsecured Notes* contam com garantia integral e solidária da Controladora.

Tupy Netherlands Finance B.V.

Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nocional (*)
USD					
1T21	Senior Unsecured Notes	fev/31	4,50% a.a.	semestral	375.000
					375.000

(*) em milhares

Em fevereiro e agosto de 2025 a Companhia efetuou pagamentos de juros no total de R\$ 94.401 (no mesmo período do ano anterior foram R\$ 89.771). O efeito cambial ocorrido no exercício findo em dezembro de 2025 foi redução de R\$ 261.067 (aumento R\$ 506.625 no exercício de 2024).

f) Valor justo de empréstimos e financiamentos

A Companhia calcula o valor justo dos seus empréstimos e financiamentos (nível 2 da hierarquia), através do desconto dos fluxos futuros de pagamentos destes, pelas curvas, taxas de juros e moedas observáveis no mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo era de R\$ 2.066.016 (R\$ 2.846.304 em 31 de dezembro de 2024).

g) Vencimentos de longo prazo:

Ano	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
2026	-	14.061	-	33.349
2027	1.105.707	1.063.012	43.420	17.044
2028-2030	436.698	470.396	274.203	267.029
2031	11.766	9.374	2.064.448	2.317.387
2032	5.883	4.687	5.883	4.688
	1.560.054	1.561.530	2.387.954	2.639.497

h) Cláusulas restritivas em contratos

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (*covenants*) com verificação periódica, dentre elas, destaca-se o índice de dívida líquida sobre EBITDA ajustado (12 meses).

Em caso de descumprimento pode resultar no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados a manutenção das atividades produtivas; e, (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia. Adicionalmente, para debêntures e BNDES – Exim, o descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida.

Em dezembro de 2025 foram concedidos e formalizados os *waivers* com flexibilização dos *covenants* financeiros das debêntures, através da assembleia geral de debenturistas ocorrida em 15 de dezembro de 2025 e de contratos bilaterais de BNDES – Exim firmados com o Banco Itaú S.A.

Adicionalmente, também se aplicam *covenants* não financeiros, sendo o principal deles a mudança de controle da Companhia que resulte em rebaixamento da classificação de risco (*rating*), o que pode levar ao vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas específicas de cada operação.

18. DEBÊNTURES

Em 17 de julho de 2024 a Companhia concluiu a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries.

Controladora					
Captação	Instrumento	Vencimento	Taxa efetiva	Juros	Nacional
BRL					
3T24	Debênture (série 1)	jul/29	CDI + 0,87%	semestral	789.770
3T24	Debênture (série 2)	jul/31	CDI + 1,00%	semestral	360.230
3T24	Debênture (série 3)	jul/33	CDI + 1,18%	semestral	350.000
					1.500.000

Os vencimentos, de acordo com os termos da sua escrituração, estão demonstrados no quadro abaixo:

Controladora e Consolidado		
Vencimento	dez/25	dez/24
Curto prazo	108.076	79.565
2025	108.076	79.565
Longo prazo	1.494.006	1.492.692
2029	784.915	783.850
2030	178.976	178.726
2031	180.115	180.115
2032	116.655	116.655
2033	116.673	116.673
2034	116.672	116.673
	1.602.082	1.572.257

Os custos de emissão no montante de R\$ 7.797 têm seu reconhecimento diferido ao longo desta operação.

Com o recurso líquido captado por meio dessa Oferta Restrita a Companhia procedeu o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão no montante de R\$ 1.000.000. O montante captado, superior ao da 4ª emissão foi destinado à liquidação antecipada de outras dívidas em julho de 2024.

Em janeiro e julho de 2025 houve pagamentos de juros no montante de R\$ 195.386 (R\$ 109.199 no mesmo período do ano anterior). Na demonstração de fluxo de caixa da Companhia o montante de R\$ 130.257 está classificado como atividade de financiamento, uma vez que o valor de R\$ 1.000.000 equivalente a 4ª emissão, foi tomado para aquisição de novos negócios.

As debêntures são da espécie quirografária. A partir de dezembro de 2025, através da emissão do *waiver* as debêntures contam com garantia real de segregação de bens da Emissora, em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das debêntures e da escritura de emissão.

As debêntures possuem *covenants*, descritos na nota 17h.

19. TRIBUTOS A PAGAR

Tributos a pagar	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	32.261	59.042
Demais tributos a pagar	3.295	2.702	92.443	55.256
	3.295	2.702	124.704	114.298

A variação no imposto de renda a pagar de 31 de dezembro de 2025 em comparação com 31 de dezembro de 2024 se deve, substancialmente, ao pagamento de impostos da competência de 2024 pagos em 2025 das subsidiárias do exterior.

20. OBRIGAÇÕES DE COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

A aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda., em 01 de dezembro de 2022, gerou várias contas a pagar para a controladora anterior, Navistar International Corporation, cujos saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	dez/25	dez/24
Impostos a recuperar (nota 8)	53	40.946
Imposto de renda diferido (nota 9)	70.755	80.450
Ressarcimento dívida CSLL	(14.630)	(67.701)
	56.178	53.695
Parcela circulante	19.485	34.311
Parcela não circulante	36.693	19.384
	56.178	53.695

- Impostos a recuperar: são créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo, para os quais, à medida de sua realização pela MWM, foram pagos pela Tupy S.A. ao controlador anterior, líquido dos impactos tributários. Do montante original, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve o pagamento de R\$ 100.292.
- Imposto de renda diferido: são créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais para os quais, à medida que forem realizados pela MWM, estão sendo pagos pela Tupy S.A. ao controlador anterior. Do montante original, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve o pagamento de R\$ 48.406.
- Ressarcimento dívida CSLL: corresponde à contingência de contribuição social sobre o lucro líquido, em função da não tributação das receitas de exportação da MWM no período de 01 de janeiro de 2018 a 30 de novembro de 2022. Parte da contingência, no montante de R\$ 46.932 se converteu em dívida da MWM, sendo de inteira responsabilidade do controlador anterior, que tem reembolsado à Tupy S.A. pelo valor total desembolsado. Em 30 de novembro de 2025 parte da contingência tributária da MWM, no montante de R\$ 46.496, mudou a probabilidade para possível, sendo baixada da obrigação da vendedora, em conformidade com as condições previstas no instrumento contratual firmado entre as partes. Referido ajuste impactou em redução de provisão de contingência. (nota 24) Da dívida original, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a vendedora reembolsou R\$ 24.801.

21. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Salários	30.564	29.002	34.899	42.941
Provisão de férias e 13º salário	51.382	66.490	137.342	152.126
Encargos sociais	23.584	22.532	79.017	78.300
Programa de participação no resultado	34.249	65.535	56.480	91.542
Previdência privada	1.167	1.147	1.167	1.147
	140.946	184.706	308.905	366.056

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia é proporcional ao exercício aquisitivo e está atrelado a índices econômico/financeiros e operacionais e metas de desempenho individuais. A Companhia possui plano opcional de previdência privada para todos os empregados no Brasil. A modalidade do plano é o de contribuição definida onde para cada valor contribuído por empregado, limitado a percentual estabelecido sobre a folha de pagamento, a Companhia contribui com igual valor.

22. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Ferramentais	54.520	39.741	255.986	231.447
Capital de giro	-	-	114.379	85.207
	54.520	39.741	370.365	316.654

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais de clientes que serão utilizados no processo produtivo e por adiantamento de capital de giro do contrato de manufatura de motores da MWM Tupy do Brasil Ltda.

23. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E SAÚDE

As operações no México possuem obrigações de benefícios definidos. O objetivo dos planos é oferecer aos funcionários benefícios de aposentadoria, adicionais e complementares aos prestados por outros planos de aposentadoria ou pensão, públicos ou privados, adicionalmente a legislação mexicana também prevê outros benefícios definidos de prêmio por antiguidade e indenização legal.

A MWM Tupy do Brasil Ltda. concede plano de assistência médica aos seus funcionários, na modalidade de pré-pagamento e os prêmios são por faixa etária. Os atuais funcionários (futuros aposentados) realizam contribuição fixa para o plano médico, sendo, portanto, elegíveis a permanecerem nos planos após a aposentadoria.

Os valores contabilizados para tais planos foram baseados em laudos elaborados por empresas especializadas.

Consolidado		
Obrigações registradas no balanço patrimonial	dez/25	dez/24
Benefícios de planos previdenciários		
Plano de pensão	15.608	12.186
Outros benefícios a empregados		
Benefícios pós emprego	19.017	18.824
Prêmio por antiguidade	42.440	34.345
Indenização legal	43.353	36.574
	120.418	101.929

24. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas possuem processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.

As movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas, bem como os respectivos saldos estão compostos da seguinte forma:

Controladora

	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Previdenciárias	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	67.653	139.972	51.404	9.103	(5.177)	262.955
Adições	4.225	(949)	9.562	(104)	-	12.734
Atualização	1.188	10.828	24.011	4.362	-	40.389
Reversão	(2.129)	-	-	-	-	(2.129)
Remuneração	-	-	-	-	(271)	(271)
Pagamentos	(895)	(15)	(43.115)	(22)	-	(44.047)
Resgates	-	-	-	-	3.711	3.711
Saldo em 31 de dezembro de 2024	70.042	149.836	41.862	13.339	(1.737)	273.342
Combinação de negócios (a)	(15.050)	-	-	-	-	(15.050)
Adições	185	41.592	3.223	-	(47)	44.953
Atualização	2.486	6.241	33.285	834	-	42.846
Remuneração	-	-	-	-	(11)	(11)
Pagamentos	(9)	-	(35.000)	-	-	(35.009)
Resgates	-	-	-	-	485	485
Saldo em 31 de dezembro de 2025	57.654	197.669	43.370	14.173	(1.310)	311.556
Parcela circulante						35.563
Parcela não circulante						275.993
						311.556

Consolidado

	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Previdenciárias	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78.530	244.358	119.044	9.103	(30.612)	420.423
Adições	6.186	5.180	32.765	(104)	(8.262)	35.765
Atualização	5.208	10.830	23.603	4.362	-	44.003
Reversão	(2.129)	-	-	-	-	(2.129)
Remuneração	-	-	-	-	(271)	(271)
Pagamentos	(1.494)	(39.213)	(74.943)	(22)	-	(115.672)
Resgates	-	-	-	-	10.070	10.070
Saldo em 31 de dezembro de 2024	86.301	221.155	100.469	13.339	(29.075)	392.189
Combinação de negócios (b)	-	(46.496)	-	-	-	(46.496)
Adições	4.473	48.620	32.767	-	(19.200)	66.660
Atualização	5.245	6.275	49.108	834	-	61.462
Reversão	-	(9.035)	-	-	-	(9.035)
Remuneração	-	-	-	-	(175)	(175)
Pagamentos	(1.848)	(1)	(79.885)	-	-	(81.734)
Resgates	-	-	-	-	17.254	17.254
Saldo em 31 de dezembro de 2025	94.171	220.518	102.459	14.173	(31.196)	400.125
Parcela circulante						78.402
Parcela não circulante						321.723
						400.125

As provisões acima descritas são atualizadas, principalmente, pela variação da taxa SELIC e seus reflexos no resultado do exercício constam na nota 30.

Em geral, as provisões da Companhia são de longo prazo. Considerando os ritos dos processos judiciais e administrativos no sistema judiciário brasileiro, há dificuldades em estimar com precisão o prazo para

desfecho de tais contingências e, por esse motivo, se houver em definitivo a necessidade de fazê-lo, não há como estabelecer previsibilidade de desembolsos.

a. Cíveis

O valor da provisão para causas cíveis em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 94.171, dos quais R\$ 46.700 foram assumidos na combinação de negócios ocorrida em 01 de dezembro de 2022 e os demais valores estão relacionados a honorários de êxito em processos judiciais, bem como aos processos cíveis em andamento.

Em dezembro de 2025 ocorreu a alteração de prognóstico para provável de um processo cível possível assumidos na combinação de negócios pela Controladora, para a subsidiária MWM Tupy do Brasil Ltda. Neste contexto, houve a baixa da provisão na Controladora e constituída na subsidiária. No saldo consolidado não há impacto, mas houve reflexo no saldo de contingências cíveis da Controladora no montante de R\$ 15.050.

b. Processo de natureza tributária

Trata-se de provisões relacionadas a processos administrativos fiscais que versam sobre parâmetros de apuração e determinados creditamentos adotados pela Companhia em relação aos tributos ICMS, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, Reintegra e tributos incidentes sobre a folha de salários.

As principais variações em relação as contingências tributárias foram:

- Reconhecimento na Controladora, decorrente da mudança de prognóstico de possível para provável, de contingência relacionada a utilização do benefício do Reintegra, no montante de R\$ 41.818 (R\$ 45.581 em dezembro 2024, estando classificada como possível). Contemplam processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona o direito ao acréscimo ao Reintegra nos moldes da Lei 13.043/14, e consequentemente não reconhece as compensações realizadas com outros débitos apurados durante o ano de 2020.
- Reversão, na subsidiária MWM Tupy do Brasil Ltda., de provisão relacionada a não tributação das receitas de exportações, no montante de R\$ 46.496, que mudou a probabilidade de perda de provável para possível. Referido ajuste teve impacto inverso na obrigação para combinação de negócios conforme descrito na nota 20.

c. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados individualmente, ou ações coletivas movidas por sindicatos, em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

d. Processos de natureza previdenciária

As provisões previdenciárias estão relacionadas a supostos débitos decorrentes de divergências entre a declaração das contribuições previdenciárias (GFIP) e o respectivo pagamento (GPS). Tais divergências decorrem de valores questionados pela Companhia e foram devidamente depositados em juízo.

CONTINGÊNCIAS COM PROBABILIDADE DE PERDAS POSSÍVEIS

As contingências passivas cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, nos termos da avaliação da Administração em conjunto com os assessores jurídicos externos da Companhia, são descritas no quadro demonstrativo a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Processos de IRPJ e CSLL	101.185	96.907	101.557	97.279
Créditos de PIS, COFINS e IPI	185.952	177.095	185.952	177.095
Créditos de ICMS	600.010	536.559	600.010	536.559
Débitos fiscais prescritos	184.265	178.012	184.265	178.012
Créditos Reintegra	7.356	45.581	7.356	45.581
Processos de natureza previdenciária	150.669	141.431	150.669	141.431
Processos de natureza trabalhista	156.589	84.556	273.871	180.705
Processos de natureza cível e outros	2.228	2.101	18.879	18.015
	1.388.254	1.262.242	1.522.559	1.374.677

As contingências possíveis de natureza significativamente tributária e cíveis da subsidiária MWM, em montante estimado de R\$ 510.764 não estão sendo reportadas no quadro acima considerando que a obrigação da Companhia está limitada a R\$ 50.441, referido valor foi reconhecido na Controladora. Na hipótese de materialização das contingências na subsidiária, acima do montante provisionado, referido passivo será restituído, nos termos do contrato de compra e venda firmado entre a Tupy S.A. e NAVISTAR.

Exceto quando descrito de modo diverso nos itens a seguir, as contingências divulgadas entre os exercícios de 2024 e 2025 são substancialmente as mesmas e as novas ações não são relevantes, onde as variações decorreram de atualização monetária, principalmente, pela taxa SELIC.

i. Processos de IRPJ e CSLL

Processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a determinação do lucro tributável, a utilização do IRPJ estimativa, bem como a compensação de impostos pagos por controladas no exterior. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de forma adequada. O processo mais relevante cujo montante atualizado representa R\$ 74.812, correspondente a execução fiscal que tem por objeto suposta irregularidade na apuração do Lucro Real e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do ano-calendário de 2007, pelo aproveitamento integral do prejuízo fiscal e base negativa da Tupy Fundições Ltda., por ocasião da incorporação pela Tupy S.A. A Companhia defende que compensação integral era permitida, nas hipóteses de encerramento ou incorporação da empresa, pela legislação tributária e pela jurisprudência do antigo Conselho de Contribuintes – atual CARF.

ii. Créditos de PIS e COFINS

Processos administrativos e judiciais nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia, na maior parte dos casos, pela: (i) utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 e 2011; e (ii) apropriação de créditos extemporâneos. A Companhia apresentou defesas administrativas e judiciais demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.

O processo mais relevante versa sobre o indeferimento, pela RFB, de compensações de débitos de IRPJ, CSLL, IPI, PIS e COFINS com créditos oriundos de ação judicial transitada em julgado, que declarou a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo da COFINS, pela Lei nº 9.718/98, sob o pretexto de que: (a) o crédito apurado pela Companhia supostamente extrapolaria a decisão judicial; e (b) o crédito se originaria de compensações não homologadas. Valores envolvidos correspondem a R\$ 59.535, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 56.741 em 31 de dezembro de 2024).

iii. Créditos de ICMS

Processos administrativos e judiciais, de iniciativa dos fiscos estaduais de São Paulo e de Santa Catarina, dos anos de 2008 a 2021, nos quais são questionados determinados creditamentos de ICMS realizados pelos estabelecimentos de Mauá e de Joinville com destaques para.

- Processo administrativo fiscal que versa sobre a exigência do Estado de Santa Catarina em face da Companhia, do pagamento de ICMS acrescido de multa e juros, referente à: (i) supostas apropriações indevidas de crédito; (ii) não recolhimento de imposto (Difal) em operações tributáveis; (iii) incorreções/omissões em lançamentos efetuados na Escrituração Fiscal Digital, entre o período de maio de 2017 e dezembro de 2021, sob o fundamento de que créditos de ICMS teriam sido indevidamente apropriados por se tratarem de bens destinados ao uso e consumo do estabelecimento. A Companhia sustenta e apresentou evidências que demonstram que os créditos se referem a insumos utilizados na consecução da atividade-fim da Companhia. Os débitos atualizados em 31 de dezembro de 2025, representam o montante de R\$ 368.611 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 332.788).
- Auto de infração lavrado pela Sefaz/SP em razão de suposta ilegalidade na transferência de saldo credor do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação ("ICMS"), entre as unidades de São Paulo e Mauá. A Companhia defende no processo administrativo que a transferência era permitida pela legislação, visto que ocorreu após: (a) o encerramento da centralização de apuração do ICMS na unidade de São Paulo; e (b) conclusão dos movimentos da incorporação da Tupy Fundições Ltda. pela Tupy S.A. Por fim, evidencia-se o manifesto descumprimento à legislação tributária pelo fisco paulista ao glosar o saldo credor de ICMS transferido, exigi-lo como se devido fosse e impor multa alegando o registro indevido do saldo credor. Os débitos atualizados representam R\$ 165.878, em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 157.528).

Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária.

iv. Débitos fiscais prescritos

Cobranças fiscais administrativas e judiciais promovidas pela União relativas a supostas compensações de débitos com Crédito-Prêmio de IPI. A Companhia está se defendendo, no âmbito administrativo e judicial, arguindo a prescrição dos referidos débitos, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores.

O processo mais relevante tem por objeto a restituição de Crédito-Prêmio de Imposto sobre Produtos Industrializados, cujo direito foi reconhecido, entre janeiro e abril de 1985, em decisão judicial transitada em julgado exarada na Ação Ordinária nº 87.0000671-8. Diante das decisões adversas da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ") e, mais recentemente, do CARF, pode-se inferir que o presente processo representa potencial contingência passiva relativamente às compensações que foram realizadas com o crédito objeto do referido processo (que não foram homologadas pela RFB). Enquanto parcela desses débitos foi quitada na anistia fiscal da Medida Provisória nº 470/2009 ("MP470"), outra parte dos débitos não foi incluída por serem considerados prescritos à época da adesão da anistia. Os débitos atualizados representam R\$ 184.264 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 157.939).

v. Processos de natureza previdenciária

Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2023, de iniciativa da Receita Federal do Brasil, preponderantemente relacionados à contribuição previdenciária denominada Risco Ambiental do Trabalho, bem como relacionados à supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia demonstra que os procedimentos fiscais adotados estão em plena consonância com a legislação tributária.

A variação, além do efeito da variação monetária, se refere a débitos previdenciários excluídos de anistia fiscal pelo fisco federal.

Os dois processos mais relevantes tratam de execução fiscal e auto de infração, que tem por objeto a cobrança de adicional de Riscos Ambientais do Trabalho (“adicional de RAT”), por suposta exposição de empregados a ruídos acima dos níveis de tolerância. A Companhia sustenta e evidencia em ação anulatória, que os ruídos a que seus empregados estão expostos, com o uso dos equipamentos de proteção individual (“EPI”), estão dentro dos níveis permitidos, e o uso da proteção eficaz inibe efeitos os extra-auditivos suscitados pelo fisco, em conformidade com os laudos técnicos apresentados nos autos. O montante total envolvido corresponde à R\$ 114.635, atualizado até 31 de dezembro de 2025 (R\$ 107.864, atualizado até 31 de dezembro de 2024).

vi. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

A variação decorre de novas ações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados em desfavor da Companhia, de alteração de probabilidade de perda de processos já existentes refletindo o status dos processos e de atualizações de valores das contingências. O acréscimo em relação ao valor informado em 31 de dezembro de 2024 foi ocasionado pelo ingresso de novas ações trabalhistas e, processos que estão em fase recursal em que a decisão de instâncias inferiores foram favoráveis à Tupy.

vii. Processo de natureza cível

Os processos cíveis versam, em geral, sobre controvérsias com ex-fornecedores da Companhia.

25. TÍTULOS A PAGAR E OUTROS

Títulos a pagar e outros são compostos, principalmente, por provisões de serviços contratados com terceiros e de despesas operacionais relacionadas com problemas de qualidade dos produtos da Companhia.

Para fazer frente a gastos de implementação do projeto de ajuste de capacidade, iniciado no segundo semestre de 2025, que resultou nas provisões de *impairment* de ativos, a companhia constituiu provisão da ordem de R\$ 52.331. (nota 30)

26. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

a) Capital social

Composição do capital social em quantidade de ações	dez/25		dez/24	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas não controladores				
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.	40.645.370	30,7%	40.645.370	28,2%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.	35.788.136	27,0%	35.814.154	24,8%
Trígono Capital Ltda. (*)	8.736.700	6,6%	14.472.900	10,0%
Demais acionistas	45.825.884	34,6%	45.253.311	31,5%
Administradores	81.666	0,1%	281.086	0,2%
Ações em tesouraria	1.372.659	1,0%	7.710.679	5,3%
Total de ações em circulação	132.450.415	100,0%	144.177.500	100,0%

(*) A quantidade de ações está baseada nas comunicações enviadas pelo acionista em conformidade com a Resolução 44 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Conforme comunicados ao mercado divulgados em 05 e 20 de janeiro de 2026, ocorreram alterações relevantes na composição acionária no início de 2026. A participação da Charles River Capital passou a representar 5,36% do capital social, enquanto a Trígono Capital passou a deter 4,98% das ações da Companhia.

b) Recompra de ações

Em 14 de maio de 2025 encerrou o programa de recompra de ações, autorizado em 04 de dezembro de 2024 pelo Conselho de Administração da Companhia.

	Valor (R\$ mil)	Quantidade de ações	Valor médio por ação
Posição em 31 de Dezembro de 2023	3.612	134.000	26,96
Recompra de ações no exercício (i)	142.278	6.336.500	22,45
Utilizadas no período do plano de remuneração em ações (ii)	(3.974)	(147.721)	26,90
Posição em 31 de Dezembro de 2024	141.916	6.322.779	22,45
Recompra de ações no exercício (i)	156.078	7.249.500	21,53
Utilizadas no período do plano de remuneração em ações (ii)	(10.377)	(472.535)	21,96
Cancelamento de ações (c)	(257.479)	(11.727.085)	21,96
Posição em 31 de Dezembro de 2025	30.138	1.372.659	21,96

(i) Corresponde a recompras efetuadas no exercício com o objetivo de lastrear o plano de Incentivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração.

(ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo “Programa para a outorga de opções de compra de ações”.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 16.869.979,11.

c) Cancelamento de ações

Em 14 de julho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 11.727.085 ações então mantidas em tesouraria. O cancelamento foi realizado mediante compensação contra as reservas de investimentos, apresentada dentro das reservas de lucros, não resultando em redução do Capital Social.

d) Planos de incentivo de longo prazo

O plano de incentivo de longo prazo da Companhia tem como objetivos principais (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia, (iii) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; e (iv) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da Companhia.

Em abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente, diretor e gerente da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP).

A quantidade de unidades concedidas é o resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão.

A quantidade de unidades a serem outorgadas serão divididas entre unidades de ações restritas e unidades de ações por performance, que será determinada pelo Conselho de Administração a cada outorga, bem como os conceitos e metodologias a serem utilizados no cálculo.

Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado o atingimento dos critérios de cada outorga.

Quantidade de opções					
	Outorgas	Exercício	Cancelamentos	Opções de ações em circulação	Opções de ações exercíveis
Outorga concedida em 11.04.2022	512.852	(169.985)	(342.867)	-	-
Outorga concedida em 11.04.2023	507.459	(93.541)	(49.987)	363.931	-
Outorga concedida em 11.04.2024	499.990	(88.468)	-	411.522	-
Outorga concedida em 11.04.2025	863.159	(123.974)	-	739.185	-
Posição em 31 de dezembro de 2025	2.383.460	(475.968)	(392.854)	1.514.638	-

Quantidade de opções					
	Outorgas	Exercício	Cancelamentos	Opções de ações em circulação	Opções de ações exercíveis
Outorga concedida em 11.04.2022	512.852	(57.209)	(65.655)	389.988	-
Outorga concedida em 11.04.2023	507.459	(43.274)	(49.987)	414.198	-
Outorga concedida em 11.04.2024	499.990	-	-	499.990	-
Posição em 31 de dezembro de 2024	1.520.301	(100.483)	(115.642)	1.304.176	-

e) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pela variação cambial na conversão dos balanços patrimoniais das controladas que operam com moeda funcional diferente da moeda de apresentação destas demonstrações financeiras, conforme relação divulgada nota 2.3, e impactos informados na nota 11, tendo como contrapartida o resultado do *hedge* de investimento líquido no exterior. (nota 37c)

Também estão refletidos os saldos de reavaliações de ativos efetuadas em 1990 nas contas de terrenos e edificações e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos. O saldo residual das respectivas reservas em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 7.403 (R\$ 7.792 em 2024) e R\$ 2.235 (R\$ 3.375 em 2024) que foi

admitido como parte integrante do valor do custo dos respectivos bens. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável.

f) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido até o limite de 50% do capital social, apurado em cada exercício social e o saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social.

	Constituição (reversão)	Distribuição	Capitalização	Cancelamento de Ações	Saldo	Expansão (*)
2007	46.963	-	-	-	46.963	-
2008	131.295	-	-	-	178.258	79.864
2009	98.886	-	-	-	277.144	65.776
2010	97.440	-	-	-	374.584	61.080
2011	125.014	-	-	-	499.598	135.133
2012	48.220	-	(138.656)	-	409.162	109.035
2013	71.646	-	-	-	480.808	93.427
2014	73.887	-	-	-	554.695	84.364
2015	118.151	-	-	-	672.846	42.931
2016	(169.375)	(100.358)	-	-	403.113	20.046
2017	156.651	(200.000)	-	-	359.764	36.052
2018	268.948	(162.500)	-	-	466.212	43.200
2019	275.455	(125.000)	-	-	616.667	130.083
2020	(67.231)	-	-	-	549.436	41.713
2021	199.518	(62.300)	-	-	686.654	106.296
2022	424.671	(65.102)	-	-	1.046.223	138.315
2023	463.957	(116.013)	(117.302)	-	1.276.865	237.936
2024	77.722	(190.000)	(256.049)	-	908.538	195.242
2025	(651.059)	-	-	(257.479)	-	161.937
					-	1.782.430

(*) Referem-se aos investimentos estratégicos para expansão da capacidade produtiva.

g) Destinação dos resultados

É assegurado aos acionistas, por meio do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2025, R\$ 912.765 foram revertidos das contas de reservas de lucros, sendo R\$ 655.286 pela absorção de prejuízos e R\$ 257.479 pelo cancelamento de ações em tesouraria. Do total revertido, R\$ 908.538 foi de reserva para investimentos e R\$ 4.227 da reserva legal.

Em 2024 foram adicionados R\$ 77.722, incorporando a base utilizada para distribuição de dividendos do exercício.

Em 2025, em função do prejuízo apurado, não houve destinação a título de distribuição de resultados aos acionistas. A distribuição realizada em 2024 foi suportada por reservas de lucros, do subgrupo de reservas para investimentos, e foi imputada ao dividendo mínimo obrigatório de acordo com o estatuto social da Companhia na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

As tabelas a seguir apresentam a forma utilizada (Juros sobre o Capital Próprio – JCP ou Dividendos), as datas das deliberações do Conselho de Administração, as datas dos pagamentos, os valores brutos e líquidos de IRRF e os valores por ação.

Tabela demonstrativa do cálculo dos dividendos de 2024:

	dez/25	dez/24
Base de cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Tupy	(656.815)	79.514
Constituição de reserva legal (5%)	-	(3.975)
	(656.815)	75.539
Proposta de distribuição (*)		
Juros sobre o capital próprio bruto	-	190.000
	-	190.000

(*) Para ações em circulação na data do balanço.

	Ordinárias dez/24
Valores unitários por ação	
Juros sobre o capital próprio bruto	1,39228
Total proposto para distribuição	1,39228

Tabela demonstrativa da deliberação em 2024 com o pagamento dos dividendos em 2025:

Data da deliberação	Forma	Valor bruto	Valor por ação	Valor líquido	Data de pagamento
04.12.24	JCP	190.000	1,39228	176.612	15.01.25
		190.000	1,39228	176.612	

27. RECEITAS

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta para fins fiscais	3.806.470	4.458.154	11.156.239	12.014.693
Devoluções e abatimentos	(138.319)	(88.394)	(458.126)	(304.921)
Receitas líquidas de devoluções e abatimentos	3.668.151	4.369.760	10.698.113	11.709.772
Impostos sobre vendas	(291.322)	(327.340)	(1.005.165)	(1.044.662)
Receitas	3.376.829	4.042.420	9.692.948	10.665.110
Receitas				
Mercado interno	1.203.007	1.368.120	3.972.079	4.165.743
Mercado externo	2.173.822	2.674.300	5.720.869	6.499.367
Receitas líquidas	3.376.829	4.042.420	9.692.948	10.665.110

28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo, apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Matéria prima e materiais de processo	(1.603.789)	(1.870.163)	(4.977.599)	(5.298.767)
Materiais de manutenção e consumo	(307.097)	(308.640)	(818.767)	(811.170)
Salários, encargos e participação nos resultados	(724.835)	(795.354)	(1.976.771)	(1.962.287)
Benefícios sociais	(115.825)	(107.401)	(206.466)	(191.223)
Energia elétrica	(128.284)	(156.281)	(426.213)	(446.467)
Fretes e comissões sobre vendas	(108.444)	(176.112)	(275.681)	(385.559)
Honorários da administração	(29.658)	(27.384)	(29.658)	(27.384)
Outros custos	(57.414)	(47.333)	(320.861)	(248.354)
	(3.075.346)	(3.488.668)	(9.032.016)	(9.371.211)
Depreciação e amortização	(165.819)	(153.351)	(374.459)	(378.628)
Total de custos e despesas	(3.241.165)	(3.642.019)	(9.406.475)	(9.749.839)
Custo dos produtos vendidos	(2.839.699)	(3.185.819)	(8.469.797)	(8.738.519)
Despesas com vendas	(148.668)	(219.918)	(466.656)	(561.747)
Despesas administrativas	(252.798)	(236.282)	(470.022)	(449.573)
Total de custos e despesas	(3.241.165)	(3.642.019)	(9.406.475)	(9.749.839)

29. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivos financeiros ao custo amortizado	(323.404)	(329.362)	(347.924)	(387.681)
Empréstimos	(305.604)	(322.602)	(330.124)	(380.921)
Amortização custo debêntures	(1.599)	(6.350)	(1.599)	(6.350)
Prêmio debêntures	(16.201)	-	(16.201)	-
Títulos a pagar e outros passivos financeiros	-	(410)	-	(410)
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	(43.116)	34.752	(43.116)	34.752
Empréstimos	(5.516)	(81.085)	(5.516)	(81.085)
Operação de swap	(37.600)	115.837	(37.600)	115.837
Outras despesas financeiras	(30.420)	(32.175)	(51.507)	(48.012)
Total das despesas financeiras	(396.940)	(326.785)	(442.547)	(400.941)
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.073	(580)	1.373	(554)
Investimentos em instrumentos patrimoniais	1.073	(580)	1.373	(554)
Ao custo amortizado	39.091	57.436	123.332	140.178
Caixa e equivalentes de caixa	39.091	57.436	123.332	140.178
Créditos tributários e outras receitas financeiras	4.976	4.626	25.091	12.443
Total das receitas financeiras	45.140	61.482	149.796	152.067
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Variações monetárias e cambiais	(56.004)	139.742	(44.796)	126.805
Resultado com operações de <i>hedge</i> (nota 37c)	27.552	(150.389)	40.687	(178.470)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(28.452)	(10.647)	(4.109)	(51.665)
Resultado financeiro, líquido	(380.252)	(275.950)	(296.860)	(300.539)

No resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão, ocorrido no terceiro trimestre de 2024, houve o pagamento de prêmio no montante de R\$ 12.523 e a baixa a resultado dos custos de sua emissão no montante de R\$ 4.462.

Em dezembro de 2025 foi pago prêmio no valor de R\$ 16.201 decorrente da flexibilização dos *covenants* financeiros das debêntures, através da assembleia geral de debenturistas ocorrida em 15 de dezembro de 2025. (nota 17h)

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda crédito prêmio IPI (a)	173.500	-	173.500	-
Constituição e atualização de provisões (nota 24)	(72.796)	(50.994)	(138.287)	(85.901)
Combinação de negócios (b)	(46.496)	-	-	-
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(1.379)	526	(5.997)	(24.220)
Gastos com reestruturações (c)	(12.891)	(22.816)	(96.886)	(57.755)
Redução ao valor realizável estoques (nota 5)	-	-	(39.895)	-
Impairment imobilizado (nota 13)	-	-	(324.791)	(219.614)
Impairment intangíveis (nota 14)	-	(30.512)	(2.493)	(30.512)
Reversão impairment ICMS	-	-	-	61.993
Ressarcimento sinistro México	-	-	-	25.894
Resultado na venda de inservíveis e outros	(3.347)	(22.095)	(1.070)	(17.019)
	36.591	(125.891)	(435.919)	(347.134)
Depreciação de ativos não operacionais	(110)	(163)	(7.035)	(8.470)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	36.481	(126.054)	(442.954)	(355.604)

a. Crédito prêmio de IPI – CPIPI

O CPIPI corresponde ao benefício fiscal relativo às exportações realizadas pela Controladora entre os anos de 1988 e 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão transitada em julgado em 2009. Em 2012, a Companhia protocolou pedido de liquidação da referida sentença, tendo sido deferida a realização da prova pericial.

Em 2018, considerando a ausência dos atos processuais relevantes esperados, a Companhia revisou suas estimativas acerca dos prazos de realização do referido direito e ajustou as premissas aplicadas para o cálculo da valorização do ajuste a valor presente, complementando-o em montante equivalente ao valor total do referido direito.

Em dezembro de 2025 a Companhia efetuou a venda do CPIPI, por meio de cessão de direitos, pelo valor de R\$ 173.500, cujo montante foi recebido em parcela única no dia 19 de dezembro de 2025 e reconhecido como outras receitas operacionais. Com isso o valor do CPIPI registrado e o AVP constituído sobre o mesmo, ambos pelo valor de R\$ 109.545, foram baixados.

b. Combinação de negócios

O valor registrado como despesa na controladora não reflete no consolidado dado que montante de igual valor foi reconhecido como receita na controlada MWM Tupy do Brasil Ltda, conforme informado na nota 20.

c. Gastos com reestruturações

Para fazer frente aos gastos de implementação do projeto de ajuste de capacidade, iniciado no segundo semestre de 2025, que resultou nos ajustes de *impairment* de ativos, a Companhia constituiu provisão da ordem de R\$ 52.331. (nota 25)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos efeitos fiscais	(658.844)	38.643	(453.341)	259.128
Alíquota de imposto de renda	34%	34%	34%	34%
Receita (despesa) à alíquota	224.007	(13.138)	154.136	(88.103)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Efeito diferença de alíquota do <i>impairment</i>	-	-	-	(1.220)
Efeito da correção do ativo imobilizado	-	-	(4.352)	1.037
Juros sobre o capital próprio pagos	-	37.014	-	37.014
Juros sobre o capital próprio recebidos	(32.300)	-	-	-
Equivalência patrimonial	(156.075)	13.684	-	-
Imposto adicional das subsidiárias	(20.849)	(25.324)	(20.849)	(25.324)
Efeito diferença de alíquota	642	21.402	8.953	21.402
Impostos diferidos baixados (a)	-	-	(125.600)	-
Impostos diferidos não reconhecidos sobre <i>impairment</i> (b)	-	-	(124.840)	-
Impostos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal* (c)	-	-	(109.934)	-
Demais (adições) exclusões permanentes	(13.396)	7.233	(22.513)	(21.295)
Efeitos fiscais lançados ao resultado antes de impactos cambiais	2.029	40.871	(244.999)	(76.489)
Alíquota de imposto de renda antes de impactos cambiais	0%	-106%	-54%	30%
Efeito da moeda funcional sobre base tributária (d)	-	-	43.788	(100.199)
Efeitos fiscais lançados ao resultado	2.029	40.871	(201.211)	(176.688)
Alíquota de imposto de renda - efetiva	0%	-106%	-44%	68%

(*) Referente às subsidiárias Tupy Minas Gerais Ltda. e Technocast S.A., de C.V.

a. Impairment de IR/CS diferidos

Considerando o mesmo racional que levou a constituição de *impairment* de ativos (nota 30), a Companhia avaliou e concluiu pelo reconhecimento de provisão da ordem de R\$ 125.600, ou seja, 100% dos ativos reconhecidos até então, na unidade objeto do teste.

b. IR/CS diferidos não reconhecidos sobre *impairment*

Em condições normais, as provisões de *impairment* de ativos deveriam constituir base de reconhecimento de IR/CS diferidos para recuperação futura. Considerando as condições desfavoráveis da unidade que constituiu o ajuste, a Companhia avaliou e concluiu pelo não reconhecimento de crédito tributário da ordem de R\$ 124.840 em função de, neste momento, não vislumbrar capacidade de realização.

c. IR/CS diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

Ao longo do exercício as subsidiárias Tupy Minas Gerais Ltda. e Technocast, S.A. de C.V. vinham gerando prejuízos fiscais, para os quais a Companhia não reconheceu os créditos fiscais diferidos, da ordem de R\$ 109.934, já considerando as expectativas de incapacidade de realização.

d. Efeito da moeda funcional sobre base tributária

As bases tributárias dos ativos e passivos das empresas localizadas no México, onde a moeda funcional é o Dólar norte americano, são mantidas em Pesos Mexicanos por seus valores históricos. As flutuações nas taxas de câmbio modificam as bases tributárias e consequentemente efeitos cambiais são reconhecidos como receitas e/ou despesas de imposto de renda diferido.

e. Composição do efeito fiscal lançado ao resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Efeitos fiscais lançados ao resultado				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(37.713)	14.076	(116.332)	(83.348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.742	26.795	(84.879)	(93.340)
	2.029	40.871	(201.211)	(176.688)

f. Imposto mínimo complementar global

A Companhia opera nos Países Baixo, México, Portugal, Estados Unidos, Alemanha e Itália, estando a alíquota nominal de imposto entre 21% e 33%. Nenhuma de suas subsidiárias recebe subsídio do Governo por meio de deduções fiscais adicionais que poderia reduzir a alíquota efetiva de imposto para menos de 15%. A Companhia aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilidade de imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como imposto corrente se incorrido.

Países com operações	Alíquota nominal (%)
Holanda	25,8
México	30,0
Portugal	21,0
Estados Unidos	21,0
Itália	27,9
Alemanha	33,0

32. RESULTADO POR AÇÃO**a. Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	(656.815)	79.514
Média ponderada de ações em circulação	132.297.976	142.946.030
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	(4,96466)	0,55625

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia oferece plano com opções de compras de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O cálculo efetuado para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido emitidas pelo valor justo, foi com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	(656.815)	79.514
Média ponderada de ações em circulação	133.965.053	145.481.676
Lucro (prejuízo) diluído por ação - R\$	(4,90288)	0,54656

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia divulga as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

Componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização – Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico e serviços agregados, para fabricantes mundiais de motores utilizados em automóveis de passeio, veículos comerciais, máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas, geradores de energia, bens de capital em geral e montagem de motores para terceiros.

Distribuição – Distribuição de peças de reposição de fabricação própria e de terceiros, conexões de ferro maleável para a indústria da construção e perfis de ferro fundido para uso diversificado.

Informações referentes aos segmentos reportados estão demonstradas a seguir:

a) Conciliação de receitas, custos, despesas e o lucro líquido

Consolidado	Componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização		Distribuição		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receitas (nota 27)	8.861.440	9.865.275	831.508	799.835	9.692.948	10.665.110
Custos e despesas (nota 28)	(8.761.417)	(9.132.920)	(645.058)	(616.919)	(9.406.475)	(9.749.839)
Outras despesas operacionais líquida (nota 30)	(108.049)	(97.409)	(7.621)	(8.069)	(115.670)	(105.478)
Impairment (notas 13 e 14)	(327.284)	(250.126)	-	-	(327.284)	(250.126)
Resultado antes do resultado financeiro	(335.310)	384.820	178.829	174.847	(156.481)	559.667
Resultado financeiro líquido (nota 29)					(296.860)	(300.539)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					(453.341)	259.128
Imposto de renda e contribuição social (nota 31)					(201.211)	(176.688)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício					(654.552)	82.440

b) Conciliação dos custos e despesas por segmento

Consolidado	Componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização		Distribuição		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Matéria prima e materiais de processo	(4.578.635)	(4.909.941)	(398.964)	(388.826)	(4.977.599)	(5.298.767)
Materiais de manutenção e consumo	(773.483)	(772.048)	(45.284)	(39.122)	(818.767)	(811.170)
Salários, encargos e participação no resultado	(1.871.761)	(1.866.520)	(105.010)	(95.767)	(1.976.771)	(1.962.287)
Benefícios sociais	(196.823)	(182.927)	(9.643)	(8.296)	(206.466)	(191.223)
Energia elétrica	(410.444)	(429.780)	(15.769)	(16.687)	(426.213)	(446.467)
Depreciação	(359.308)	(364.070)	(15.151)	(14.558)	(374.459)	(378.628)
Fretes e comissões sobre vendas	(252.921)	(357.477)	(22.760)	(28.082)	(275.681)	(385.559)
Honorários da administração	(27.284)	(25.190)	(2.374)	(2.194)	(29.658)	(27.384)
Outros custos	(290.758)	(224.967)	(30.103)	(23.387)	(320.861)	(248.354)
	(8.761.417)	(9.132.920)	(645.058)	(616.919)	(9.406.475)	(9.749.839)

c) Conciliação de ativos e passivos

Consolidado	Componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização		Distribuição		Total	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Ativo						
Contas a receber, líquidas (nota 4)	1.449.737	1.697.994	147.718	139.441	1.597.455	1.837.435
Estoques (nota 5)	1.543.297	2.021.140	178.655	176.564	1.721.952	2.197.704
Ferramentais (nota 6)	231.706	294.744	-	-	231.706	294.744
Títulos a receber e outros (nota 15)	129.101	143.358	7.638	4.034	136.739	147.392
Imobilizado (nota 13)	2.464.695	2.876.132	60.462	64.619	2.525.157	2.940.751
Intangível (nota 14)	136.962	137.048	478	428	137.440	137.476
Outros ativos não alocados	-	-	-	-	3.041.192	3.955.361
Total ativo consolidado	5.955.498	7.170.416	394.951	385.086	9.391.641	11.510.863

Consolidado	Componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização		Distribuição		Total	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Passivo						
Fornecedores (nota 16)	1.031.564	1.378.949	105.553	103.671	1.137.117	1.482.620
Tributos a pagar (nota 19)	119.184	104.391	5.520	9.907	124.704	114.298
Salários, encargos sociais e participações (nota 21)	297.629	351.280	11.276	14.776	308.905	366.056
Adiantamentos de clientes (nota 22)	367.567	289.689	2.798	26.965	370.365	316.654
Títulos a pagar e outros	221.170	158.400	3.746	2.538	224.916	160.938
Imposto diferido sobre intangíveis	31.950	32.162	-	-	31.950	32.162
Outros passivos não alocados	-	-	-	-	4.680.308	5.538.788
Patrimônio líquido	-	-	-	-	2.513.376	3.499.347
Total passivo consolidado	2.069.064	2.314.871	128.893	157.857	9.391.641	11.510.863

Os ativos e passivos dedicados são alocados diretamente aos segmentos. Para aqueles de uso comum, utilizam-se critérios conforme sua aplicabilidade ou origem. Por não estarem diretamente relacionados à operação, a Companhia não aloca aos segmentos reportados os ativos de caixa e equivalentes de caixa, impostos e contribuições a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros e investimentos em outras empresas. Do lado do passivo, pelo mesmo motivo, não são alocados os financiamentos e empréstimos, financiamentos de impostos e encargos sociais divididos, provisões, impostos diferidos e outros passivos de longo prazo.

d) Clientes relevantes responsáveis por mais de 10% das receitas totais da Companhia

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento de componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização existem clientes que individualmente representam mais de 10% das receitas consolidadas, conforme informações abaixo:

Consolidado - R\$ mil					
Receitas	2025	%	2024	%	
Componentes estruturais, manufatura, energia e descarbonização	8.861.440	91,4	9.865.275	92,5	
Cliente A	1.859.113	19,2	1.855.305	17,4	
Cliente B	1.381.925	14,2	1.584.208	14,9	
Demais clientes do segmento	5.620.402	58,0	6.425.762	60,2	
Distribuição	831.508	8,6	799.835	7,5	
Total receitas	9.692.948	100,0	10.665.110	100,0	

A composição das vendas do segmento de distribuição é pulverizada.

e) Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas

As receitas provenientes de clientes, atribuídas ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação nas receitas totais da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

Consolidado				
	2025	%	2024	%
América do Norte	3.633.507	37,4	4.372.499	41,0
Estados Unidos	1.981.478	20,4	2.462.998	23,1
México	1.593.001	16,4	1.852.772	17,4
Canadá	59.028	0,6	56.729	0,5
América do Sul e Central	4.276.939	44,1	4.401.945	41,3
Brasil - país sede	3.972.079	41,0	4.165.743	39,1
Outros países	304.860	3,1	236.202	2,2
Europa	1.499.734	15,6	1.573.245	14,9
Reino Unido	367.571	3,8	325.778	3,1
Suécia	145.914	1,5	125.047	1,2
Países Baixos	28.718	0,3	236.093	2,2
Itália	586.924	6,1	508.362	4,8
França	84.804	0,9	95.483	0,9
Alemanha	222.619	2,3	209.748	2,0
Outros países	63.184	0,7	72.734	0,7
Ásia, África e Oceania	282.768	2,9	317.421	2,8
Japão	104.323	1,1	155.612	1,5
Índia	85.788	0,9	40.832	0,4
África do Sul	20.886	0,2	3.185	-
China	34.340	0,4	84.393	0,8
Outros países	37.431	0,3	33.399	0,1
Total	9.692.948	100,0	10.665.110	100,0

f) Ativo não circulante

Ativos não circulantes nesse caso correspondem a investimentos em instrumentos patrimoniais, propriedades para investimentos, imobilizado e ativos intangíveis e sua participação nos ativos não circulantes da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

Ativos não circulantes	2025	2024
Brasil - país sede	1.529.820	1.768.670
México	1.126.622	1.290.244
Portugal	12.516	24.544
Outros países (*)	5.917	9.036
Total	2.674.875	3.092.494

(*) Estados Unidos, Países Baixos e Alemanha.

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

	dez/25	dez/24
Prédios e edificações	1.215.369	1.199.286
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	5.604.313	6.133.253
Estoques	1.473.018	1.346.327
Lucros cessantes	4.244.068	4.258.084
Responsabilidade civil geral	449.764	430.132
Responsabilidade civil administradores	211.591	205.731
Responsabilidade civil ambiental (*)	64.692	64.363
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	66.507	68.577

(*) Apenas para Fundação Portuguesa S.A. - Funfrap.

35. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos para aquisição de ativos de longa duração relacionados ao seu processo produtivo, contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos, no montante consolidado de R\$ 85.920 (R\$ 140.936 em 31 de dezembro de 2024), os quais serão liquidados com recursos próprios.

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.192.044	1.620.558	3.609.131	4.382.161
Caixa e equivalentes de caixa	3	544.370	709.970	1.853.156
Contas a receber (*)	4	564.477	715.110	1.597.455
Títulos a receber e outros ativos financeiros		83.197	195.478	158.520
<i>Impacto no resultado no exercício</i>		<i>39.967</i>	<i>53.018</i>	<i>126.216</i>
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	27.708	74.402	39.189	84.261
Investimentos em instrumentos patrimoniais		-	2.404	7.486
Instrumentos financeiros derivativos	37	3.051	-	7.046
Operações de swap	37	24.657	71.998	24.657
<i>Impacto no resultado no exercício</i>		<i>29.723</i>	<i>(2.770)</i>	<i>42.327</i>
Passivos financeiros ao custo amortizado	3.612.133	3.683.387	5.219.107	5.875.193
Fornecedores	16	461.955	563.657	1.137.117
Financiamentos e empréstimos	17	1.493.168	1.314.007	2.216.001
Debêntures	18	1.602.082	1.572.257	1.602.082
Dividendos e juros sobre capital próprio		335	190.263	335
Títulos a pagar e outros passivos financeiros		54.593	43.203	263.572
<i>Impacto no resultado no exercício</i>		<i>(323.404)</i>	<i>(329.362)</i>	<i>(347.924)</i>
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	278.432	785.558	278.463	791.502
Instrumentos financeiros derivativos	37	1.799	16.129	1.830
Financiamentos e empréstimos	17	276.633	769.429	276.633
<i>Impacto no resultado no exercício</i>		<i>(1.098)</i>	<i>(148.199)</i>	<i>(267)</i>

(*) Inclui a estimativa para perdas com recebíveis.

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E HEDGE DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO EXTERIOR

Instrumentos financeiros derivativos

Com o objetivo de minimizar os impactos da variação cambial no fluxo de caixa futuro a Companhia contratou os seguintes instrumentos financeiros:

- Operações estruturadas na modalidade “zero-cost collar”;
- “Non deliverable forwards”;
- Swaps; e
- Compra de opções “Put”.

O valor justo destes instrumentos é mensurado mediante utilização de provedores de informações de mercado amplamente utilizados, tendo como base o modelo *Black-Scholes* de precificação e o fluxo de caixa futuro descontado, amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares. A contratação dos montantes destes instrumentos segue as diretrizes de alçada e as normas internas da Companhia.

No cenário externo observa-se o debate sobre a continuidade da redução de juros nos Estados Unidos, impactados por desafios políticos e jurídicos do FED frente a meta de estabilidade de preços e empregos.

Os efeitos da política comercial norte americana e a tensão geopolítica seguem como vetores de volatilidade. Nesse cenário, a dinâmica das moedas emergentes segue influenciada pelas diferentes magnitudes de aperto monetário entre os países, além das mudanças de percepção de risco-retorno endógenos e exógenos a esses países. Na comparação entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 o Real apresentou valorização de 11% frente ao Dólar norte americano e desvalorização de 0,5% frente ao Euro e o Peso Mexicano apresentou valorização de 13% frente ao Dólar norte americano.

Abaixo estão demonstradas as posições líquidas em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Ativo financeiro	27.708	71.998	31.703	73.825
Opções e NDF's (a)	3.051	-	7.046	1.827
Swap (b)	24.657	71.998	24.657	71.998
Passivo financeiro	(1.799)	(16.129)	(1.830)	(22.073)
Opções e NDF's (a)	(1.799)	(16.129)	(1.830)	(22.073)
Posição líquida de instrumentos derivativos	25.909	55.869	29.873	51.752
Opções e NDF's	1.252	(16.129)	5.216	(20.246)
Swap	24.657	71.998	24.657	71.998
	25.909	55.869	29.873	51.752

a) Opções e NDFs

Abaixo estão demonstradas as opções contratadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Vencimento	Moeda (*)	Nacional (*) (em milhares)	dez/25			Valor justo		Resultado financeiro	
				Strike			Ativo	Passivo	MTM	Recebimento (pagamento)
				Put	Call	NDF				
Controladora							3.051	(1.799)	17.381	10.171
ZCC - zero cost collar	nov/2026	USD/BRL	49.080	5,43	6,06		2.601	(1.799)	11.589	9.841
NDF - exportador		USD/BRL	-				-	-	5.342	(3.559)
PUT - Opção de venda	fev/2026	USD/BRL	13.570	5,36			450	-	450	3.889
Controladas							3.995	(31)	8.069	5.066
ZCC - zero cost collar	set/2026	USD/MXN	44.300	18,13	20,20		3.995	(31)	8.813	4.758
PUT - Opção de venda		USD/MXN	-				-	-	-	1.956
ZCC - zero cost collar		EUR/BRL	-				-	-	959	(186)
NDF - importador		EUR/BRL	-				-	-	(1.703)	(1.462)
Consolidado							7.046	(1.830)	25.450	15.237

(*) A primeira moeda da paridade representa a moeda de contratação da Nacional.

	Vencimento	Moeda (*)	Nacional (*) (em milhares)	dez/24			Valor justo		Resultado financeiro	
				Strike			Ativo	Passivo	MTM	Recebimento (pagamento)
				Put	Call	NDF				
Controladora							-	(16.129)	(21.318)	(129.071)
ZCC - zero cost collar	out/2025	USD/BRL	29.500	5,62	6,03		-	(10.787)	(15.786)	(5.034)
NDF - exportador	mar/2025	USD/BRL	5.100			5,17	-	(5.342)	(5.532)	(124.037)
Controladas							1.827	(5.944)	(9.443)	(18.638)
ZCC - zero cost collar	out/2025	USD/MXN	42.100	19,22	21,58		124	(4.985)	(9.541)	(15.032)
ZCC - zero cost collar	ago/2025	EUR/BRL	8.300	6,20	6,73		-	(959)	(1.529)	(4.263)
NDF - importador	mar/2025	EUR/BRL	9.400			6,32	1.703	-	1.627	657
Consolidado							1.827	(22.073)	(30.761)	(147.709)

(*) A primeira moeda da paridade representa a moeda de contratação da Nacional.

Abaixo estão demonstradas as movimentações no período e os vencimentos das posições em aberto em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora	Subsidiárias	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(16.129)	(4.117)	(20.246)
Reconhecido no resultado	27.552	13.135	40.687
Pagamento no período	(10.171)	(5.066)	(15.237)
Impacto de conversão para reais	-	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.252	3.964	5.216
Vencimento:			
Até 31/03/2026	2.176	2.360	4.536
Até 30/06/2026	96	1.159	1.255
Até 30/09/2026	(561)	445	(116)
Até 31/12/2026	(459)	-	(459)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.252	3.964	5.216

b) Swap

Abaixo estão demonstradas as posições de swaps em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Swap de dívida	Vencimento	dez/25				dez/24			
		Nacional USD (em milhares)	Valor justo BRL	Ativo (VC+)	Passivo (% CDI)	Nacional USD (em milhares)	Valor justo BRL	Ativo (VC+)	Passivo (% CDI)
Adiantamento contrato de câmbio - ACC	abr/2025	-	-	-	-	18.000	20.255	6,43%	99,46%
BNDES - Exim	ago/2028	18.330	10.684	5,58%	108,50%	18.330	11.088	5,58%	108,50%
BNDES - Exim	abr/2029	29.926	13.973	5,66%	108,30%	29.926	30.927	5,66%	108,30%
Total		48.256	24.657			66.256	62.270		

Os passivos financeiros estão sendo avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Hedge de investimento líquido no exterior

Com o objetivo de atenuar os impactos da volatilidade cambial nos resultados a Companhia passou a adotar o *hedge* de investimento líquido no exterior (*net investment hedge*), designando parte de contratos de financiamentos e empréstimos como instrumentos de *hedge* para os investimentos nas subsidiárias indiretas Tupy México Saltillo, S.A. de C.V. e Funfrap – Fundação Portuguesa S.A.

Abaixo estão demonstradas as opções contratadas de pré-pagamento de exportações – PPE e adiantamento contrato de câmbio – ACC, na Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Objeto	Instrumento	Moeda (*)	dez/25		Valor BRL	Ajuste de avaliação patrimonial da Companhia - receita/(despesa)		
			Objeto	Instrumento		Variação cambial investida exterior	Hedge investimento líquido exterior (**)	Resultado líquido operação
Investimento no exterior		USD/BRL	484.336		2.665.011	(292.599)	-	(292.599)
PPE		USD/BRL		240.000	1.320.493	-	107.664	107.664
PPE		EUR/BRL		6.500	42.050			
Total						(292.599)	107.664	(184.935)

(*) A primeira moeda da paridade representa a moeda de contratação do Nacional.

(**) Líquido de efeito fiscal.

		dez/24						
		Nacional (em milhares) (*)		Valor	Ajuste de avaliação patrimonial da Companhia - receita/(despesa)			
Objeto	Instrumento	Moeda (*)	Objeto	Instrumento	BRL	Variação cambial investida exterior	Hedge investimento líquido exterior (**)	Resultado líquido operação
Investimento no exterior		USD/BRL	507.855		2.766.847	566.830	-	566.830
	ACC	USD/BRL		47.000	256.061			
	PPE	USD/BRL		195.000	1.062.380	-	(153.508)	(153.508)
	PPE	EUR/BRL		6.500	39.467			
Total						566.830	(153.508)	413.322

(*) A primeira moeda da paridade representa a moeda de contratação do Nocional.

(**) Líquido de efeito fiscal.

38. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

A Companhia possui uma política de gestão financeira e normas internas monitoradas pela área de Riscos e Controles internos, que determinam práticas de identificação, monitoramento e controle de exposição à riscos financeiros.

38.1 Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, aplicações financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A gestão do risco de crédito de recebíveis de clientes é realizada através de avaliação conjunta da capacidade de pagamento, índice de endividamento, comportamento de mercado e histórico junto à Companhia, que estabelece os limites individuais de crédito. Adicionalmente, a Companhia realiza análise quantitativa e qualitativa da carteira de títulos a receber, para determinar a estimativa para perdas em recebíveis. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes de R\$ 42.176 (R\$ 44.689 em 31 de dezembro de 2024), que representa 2,6% do saldo de contas a receber consolidado em aberto naquela data (2,4% em 31 de dezembro de 2024).

O risco de crédito compreende também retenção de valores por parte dos clientes que alegam eventuais problemas de qualidade. Para estes eventos a Companhia segue norma interna onde aplica estimativas para mensuração de potenciais perdas enquanto discute a procedência dos débitos com os respectivos clientes.

Pela natureza de seus ativos e indicadores históricos, a Companhia não detém garantia para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada usando classificações externas de crédito, se disponíveis, ou com base em informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Contrapartes com classificação externa de crédito (*)				
Caixa e equivalentes de caixa	544.370	709.970	1.853.156	2.376.203
AAA	544.229	709.486	1.852.831	2.375.166
AA+ / AA / AA-	-	-	-	553
A+ / A / A-	141	484	325	484
Ativos financeiros derivativos	27.708	71.998	31.703	73.825
AAA	27.708	-	31.703	-
AA+ / AA / AA-	-	71.998	-	73.825
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Contas a receber	564.477	715.110	1.597.455	1.837.435
Risco baixo	521.100	674.876	1.554.078	1.797.201
Risco moderado	43.377	40.234	43.377	40.234
Risco alto	10.599	10.804	42.176	44.689
Estimativa para perdas em recebíveis	(10.599)	(10.804)	(42.176)	(44.689)
Outros ativos financeiros	83.197	197.882	166.006	178.959
Total	1.219.752	1.694.960	3.648.320	4.466.422

(*) A Companhia considera, para classificação do risco, o menor rating entre as agências classificadoras.

Os valores de contas a receber de clientes apresentam as seguintes classificações de risco:

- Risco baixo, clientes do segmento de componentes estruturais, contratos de manufatura, energia e descarbonização, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas.
- Risco moderado, clientes do segmento de distribuição, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas.
- Risco alto, clientes que possuem saldos provisionados e perdas históricas.

Os outros ativos financeiros mantidos pela Companhia são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

38.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é a manutenção de caixa mínimo. Esse montante é calculado com base na projeção de dois meses de pagamento a fornecedores, salários, encargos, obrigações tributárias, descontando recebimentos futuros em 50% para o mesmo período. Além disso, o cálculo inclui o saldo de empréstimos de curto prazo e marcação a mercado dos instrumentos derivativos. A administração da carteira de aplicações financeiras da Companhia segue critérios que estabelecem limites máximos de concentração em instituições financeiras, levando em consideração tanto seus ratings globais quanto locais.

A Companhia é contraparte em alguns contratos de financiamento que exigem a manutenção de índices financeiros, ou o cumprimento de outras cláusulas específicas. As principais operações, os *Senior Unsecured Notes* emitidos em 2021 e as debêntures emitidas em julho de 2024, exigem que a Companhia atenda a índice financeiro Dívida Líquida sobre EBITDA ajustado (12 meses). Caso não seja cumprido, pode impor restrições, as quais estão detalhadas na nota 17h.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

Consolidado		Fluxo de caixa contratual					
Passivos financeiros	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total do fluxo
Financiamentos e empréstimos	2.492.634	76.357	76.462	129.366	603.521	2.131.240	3.016.946
Fornecedores, títulos a pagar e outros	1.362.033	1.362.033	-	-	-	-	1.362.033
Debêntures	1.602.082	118.539	113.774	229.341	1.530.099	762.174	2.753.927
Dividendos a pagar	335	335	-	-	-	-	335
Instrumentos financeiros derivativos	1.830	1.830	-	-	-	-	1.830
	5.458.914	1.559.094	190.236	358.707	2.133.620	2.893.414	7.135.071

Não se espera que os fluxos de caixa, considerados nas análises de maturidade da Companhia, ocorram significativamente mais cedo ou em quantidades consideravelmente diferentes. Ademais, a Companhia demonstra uma geração de caixa suficiente para atender às obrigações de pagamentos futuros.

38.3 Risco de mercado

As políticas econômicas das principais economias do mundo e do Governo Federal Brasileiro podem ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, inclusive sobre a Companhia. Considerando a natureza dos negócios e operações e o nível de exportação e distribuição das vendas por mercado, as vendas, as receitas e, consequentemente, a lucratividade da Companhia, poderão ser impactadas tanto pelas alterações nas políticas comerciais dos Estados Unidos e México, mesmo que indiretamente, quanto pela manutenção de uma taxa de juros elevada, o que impacta na redução do consumo de bens de capital.

A reforma tributária brasileira, estruturada no modelo de IVA Dual (CBS e IBS), visa promover a simplificação do sistema ao eliminar a cumulatividade de tributos, com expectativa de aumentar a competitividade e desonerar exportações e investimentos. Apesar dos benefícios, a transição cria riscos relevantes para a Companhia, especialmente na gestão do fluxo de caixa, em função do *split payment*, e à necessidade de adequação tecnológica dos sistemas corporativos. Além disso, há ainda a dependência de regulamentações complementares que precisam ser divulgadas de forma clara e no tempo adequado. A Companhia implementou um plano de transição envolvendo atualização de sistemas (ERP), capacitação das equipes e revisão dos processos internos, buscando mitigar riscos operacionais e financeiros e assegurar conformidade ao novo modelo tributário.

Os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta estão relacionadas a Taxa de Câmbio, Taxa de Juros, Inflação dos principais insumos, Risco de Crédito e Risco de Liquidez. A Companhia atua, administrando suas exposições a estes fatores, mantendo-os dentro de parâmetros aceitáveis de forma a otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia. Os instrumentos financeiros com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de oscilação do fluxo de caixa e os pré-fixados a expõem ao risco de valor justo, podendo a Companhia utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A abertura dos instrumentos financeiros entre variável e fixo está demonstrada abaixo:

Consolidado			
	Nota explicativa	dez/25	dez/24
Instrumentos de taxa variável		(1.000.257)	(888.988)
Ativos financeiros	3	968.073	1.172.691
Passivos financeiros	17 e 18	(1.968.330)	(2.061.679)
Instrumentos de taxa fixa		(1.241.303)	(1.505.121)
Ativos financeiros	3	885.083	1.203.512
Passivos financeiros	17	(2.126.386)	(2.708.633)

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros variável

A Companhia possui aplicações financeiras expostas à variação do CDI e instrumentos de dívida expostos tanto à variação do CDI, e em pequena proporção, a TJLP.

A oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados pela oscilação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta.

Risco da taxa de juros							Consolidado
Instrumentos de taxa variável	Risco	Divulgado	Cenários				
			Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Em Reais							
Aplicações	Taxa de juros (CDI - % a.a.)	14,90	12,40	15,50	18,60	9,30	6,20
Ativos financeiros		968.073	968.073	968.073	968.073	968.073	968.073
Impacto potencial		-	(21.063)	26.700	53.399	(27.457)	(56.517)
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros (CDI - % a.a.)	14,90	12,40	15,50	18,60	9,30	6,20
Passivos financeiros		(1.968.330)	(1.968.330)	(1.968.330)	(1.968.330)	(1.968.330)	(1.968.330)
Impacto potencial		-	42.827	(54.287)	(108.573)	55.826	114.912

Risco de moeda

A Controladora e suas subsidiárias brasileiras possuem moeda funcional Real e estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente do Real. As subsidiárias mexicanas estão sujeitas ao risco de moeda nos custos e despesas denominados em moeda diferente da sua moeda funcional, o Dólar norte americano. As transações da Controladora em moeda estrangeira são predominantemente denominadas em Dólar norte americano e as transações da subsidiária no México, sujeitas ao risco de moeda, são predominantemente denominadas em Peso mexicano.

Adicionalmente, dada a relevância das operações da Companhia no México, a variação do Peso mexicano tem impacto também no cálculo do imposto sobre a renda, haja visto que a variação cambial líquida proveniente dos ativos e passivos monetários em Dólar norte americano impacta diretamente a base de cálculo desse imposto. (nota 31)

A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívidas, aplicações financeiras, contas a receber, receitas de exportações em moeda estrangeira, operações com derivativos e o *hedge* de investimento líquido no exterior. A exposição da Companhia, considerando as controladas que utilizam o Real (R\$) como moeda funcional, está demonstrada a seguir:

Controladora

Exposição líquida com impacto no resultado	Nota explicativa	dez/25	dez/24
Ativo		511.271	620.342
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	3	26.424	29.887
Clientes no mercado externo	4	484.847	563.271
Outros valores		-	27.184
Passivo		(66.491)	(52.215)
Empréstimos em moeda estrangeira	17	(1.670.265)	(2.004.146)
Hedge de investimento líquido no exterior		1.362.543	1.541.654
Contratos de swap		265.524	410.277
Outros valores		(24.293)	-

Exposição líquida com impacto no resultado

Em R\$ mil	444.780	568.127
Em US\$ mil	70.788	82.272
Em EUR mil	8.545	9.116

A exposição da Companhia, considerando as suas controladas está demonstrada a seguir:

Subsidiárias

Exposição líquida com impacto no resultado	dez/25	dez/24
Ativo	713.591	853.854
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	169.046	329.238
Clientes no mercado externo	301.765	349.825
Outros valores	242.780	174.791
Passivo	(982.130)	(965.205)
Contas a pagar	(361.597)	(531.172)
Outros valores	(620.533)	(434.033)

Exposição líquida com impacto no resultado

Em R\$ mil	(268.539)	(111.351)
Em MXN mil	(840.975)	(517.394)
Em US\$ mil	(26.195)	11.470
Em EURO mil	65.539	(4.332)

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial, exceto derivativos

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável orçado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Controladora	Cenários					
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do dólar	5,5024	5,5000	6,8800	8,2500	4,1300	2,7500
Posição ativa	511.271	511.048	639.275	766.572	383.751	255.524
Posição passiva	(66.491)	(66.462)	(83.138)	(99.693)	(49.907)	(33.231)
Exposição líquida (R\$ mil)	444.780	444.586	556.137	666.879	333.844	222.293
Exposição líquida (US\$ mil)	80.834	80.834	80.834	80.834	80.834	80.834
Impacto potencial (R\$ mil)	-	(194)	111.357	222.099	(110.936)	(222.487)

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial dos derivativos

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio em relação aos derivativos contratados, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável orçado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Controladora	Cenários					
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do Dólar	5,5024	5,5000	6,8800	8,2500	4,1300	2,7500
MTM Controladora - swap	24.657	24.536	93.916	162.793	(44.341)	(113.720)
Impacto potencial (R\$ mil)		(121)	69.259	138.136	(68.998)	(138.377)

Controladora	Cenários					
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do Dólar	5,5024	5,5000	6,8800	8,2500	4,1300	2,7500
MTM Controladora - opções e NDF's	1.252	1.321	(47.430)	(113.101)	72.422	157.044
Impacto potencial (R\$ mil)		69	(48.682)	(114.353)	71.170	155.792

Subsidiárias	Cenários					
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do Peso Mexicano	18,0012	19,2300	24,0400	28,8500	14,4200	9,6200
MTM Subsidiárias (US\$ mil)	720	(276)	(7.353)	(13.444)	10.804	38.065
MTM Subsidiárias (R\$ mil)	3.964	(1.520)	(50.589)	(110.911)	44.619	104.679
Impacto potencial Subsidiárias (R\$ mil)		(5.484)	(54.553)	(114.875)	40.655	100.715
Impacto potencial Consolidado com swap (R\$ mil)		(5.536)	(33.976)	(91.092)	42.827	118.130

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia monitora os mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais oscilações.

38.4 Risco operacional

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas relacionadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação, além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implantação de controles para riscos operacionais é exercida por uma área centralizada de Controles Internos sob a gestão da alta administração.

38.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia acompanha a relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.

A relação de capital próprio versus capital de terceiros, ao final de cada exercício, é apresentada a seguir:

Consolidado			
	Nota explicativa	dez/25	dez/24
Capital próprio		2.513.376	3.499.347
Patrimônio líquido	26a	2.513.376	3.499.347
Capital de terceiros		5.025.109	5.635.313
Total do passivo circulante e não circulante		6.878.265	8.011.516
Caixa e equivalentes de caixa	3	(1.853.156)	(2.376.203)
Relação capital próprio versus capital de terceiros		0,50	0,62

38.6 Valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (redução ao valor recuperável) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

As técnicas de avaliação utilizadas pela Companhia são classificadas como nível 2 da hierarquia do valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (nível 2) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia.

* * *



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Tupy S.A.

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tupy S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Tupy S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Veja a Nota 2.4.a e 09 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía reconhecido, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, créditos tributários advindos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 186.236 mil e R\$ 399.861 mil, respectivamente. Os créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais estes possam ser utilizados. A estimativa do lucro tributável futuro está fundamentada no estudo técnico elaborado pela administração e envolve a determinação de certas premissas significativas. Consideramos a avaliação de realização dos ativos fiscais diferidos como um principal assunto de auditoria devido ao julgamento envolvido na determinação das premissas significativas utilizadas para estimar a geração de lucros tributáveis futuros, e devido ao impacto que eventual alteração destas premissas poderiam ter nos valores dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras	Nossos procedimentos de auditoria, nos quais utilizamos o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, incluíram, mas não se limitaram a: (i) se as premissas significativas como determinação do período projetivo, crescimento da receita, e gastos operacionais, utilizadas pela Companhia para estimar os lucros tributáveis futuros, são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (ii) se os orçamentos utilizados para fins de projeções são aqueles aprovados pela Administração da Companhia; e (iii) se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social reconhecidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

individuais e consolidadas, bem como no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado

Veja a Nota 2.4.c e 13.b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia reconheceu, em suas demonstrações financeiras consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, perda por <i>impairment</i> no montante de R\$ 324.791 mil. Este ajuste é decorrente do teste de recuperabilidade dos ativos da planta localizada em Betim, Minas Gerais. Para teste anual de redução ao valor recuperável, a Companhia estimou o valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC), na qual seus ativos estão alocados. A determinação do valor recuperável da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, e envolve o uso de certas premissas significativas. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável da UGC que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria, nos quais utilizamos o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, incluíram, mas não se limitaram a: (i) se a estimativa do valor recuperável da UGC, relacionada à planta industrial de Betim, Minas Gerais, foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em recuperável UGC são fundamentadas em dados aprovados pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões; (iv) se as divulgações, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os ajustes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025, bem como as respectivas divulgações, no contexto das

	demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards

Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 19 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SC-000071/F-8



Edson Rodrigues da Costa

Contador CRC PR-054199/O-0

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS ESTATUTÁRIO – CAE

Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos da Tupy – exercício social 2025

Este Relatório Anual engloba as atividades do Comitê entre as publicações das demonstrações financeiras de 2024 e de 2025 – portanto, de 27.03.2025 até 19.03.2026.

Data criação do comitê

O Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (Comitê ou CAE) da TUPY S.A. é órgão estatutário, criado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2019, e instalado na reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2020.

Composição e estrutura do Comitê

Em observância ao Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias Abertas da CVM (item 4.1.1) e ao Regulamento do Novo Mercado da B3 (artigo 22, item 'V'), o Comitê atualmente é composto por 5 membros, sendo três Conselheiros de Administração – um deles coordenando o Comitê – e dois membros externos. Por força do Regimento Interno do Comitê, a maioria dos seus membros é independente.

O Comitê é vinculado ao Conselho de Administração e, como órgão de assessoramento, não possui atribuições executivas e/ou poder deliberativo, atuando com autonomia e independência no cumprimento de suas responsabilidades legais e estatutárias, além daquelas definidas no respectivo Regimento Interno.

No período coberto por este relatório, o Comitê teve a seguinte composição:

de janeiro a maio de 2025				
Nome	Função	Independente	Assiduidade ¹	Membro desde ²
Jaime Luiz Kalsing	Coordenador do Comitê e Membro do Conselho de Administração	Sim	100%	ago/20
Paula Regina Goto	Membro do Comitê e do Conselho de Administração	Sim	100%	nov/24
Vinícius Marques de Carvalho	Membro do Comitê e do Conselho de Administração	Sim	70%	jan/24
Jorge Roberto Manoel	Membro do Comitê e especialista com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária	Sim	100%	set/20
Marcos Alexandre Teixeira	Membro do Comitê	Sim	100%	jun/21
Iêda Aparecida de Moura	Membro do Comitê	Sim	100%	jul/23

¹ Média de Assiduidade do Comitê de 95,2%

² De acordo com a deliberação do Conselho de Administração sobre a composição do Comitê e conforme Comunicados ao Mercado divulgados pela Companhia nos respectivos períodos.

de junho a outubro de 2025				
Nome	Função	Independente	Assiduidade ¹	Membro desde
Jaime Luiz Kalsing	Coordenador do Comitê e Presidente do Conselho de Administração	Sim	100%	ago/20
Paula Regina Goto	Membro do Comitê e do Conselho de Administração	Sim	100%	nov/24
Marcos Alexandre Teixeira	Membro do Comitê	Sim	100%	jun/21
Ênio Mathias Ferreira	Membro do Comitê	Sim	100%	jun/25
Fernando Dal Ri Múrcia	Membro do Comitê e especialista com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária	Sim	100%	jun/25

¹ Média de assiduidade do Comitê de 100%

de novembro a março de 2026				
Nome	Função	Independente	Assiduidade ¹	Membro desde
Mauro Rodrigues da Cunha	Coordenador do Comitê e Membro do Conselho de Administração	Sim	100%	Novembro 2025
Paula Regina Goto	Membro do Comitê e do Conselho de Administração	Sim	100%	Novembro 2024
Sérgio Foldes Guimarães	Membro do Comitê e do Conselho de Administração	Sim	80%	Novembro 2025
Marcos Alexandre Teixeira	Membro do Comitê	Sim	100%	Junho 2021
Fernando Dal Ri Múrcia	Membro do Comitê e especialista com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária	Sim	100%	Junho 2025

¹ Média de assiduidade do Comitê de 96%. Média anual do Comitê em todos os períodos foi de 97%

Principais atribuições e responsabilidades do comitê

O Comitê é vinculado ao Conselho de Administração e, como órgão de assessoramento, não possui atribuições executivas e/ou poder deliberativo, atuando com autonomia e independência no cumprimento de suas responsabilidades legais e estatutárias, além daquelas definidas no respectivo Regimento Interno.

Dentro da função de supervisão, entre os diversos processos operacionais da Companhia que monitora, o Comitê tem sob responsabilidade a revisão dos procedimentos contábeis para a elaboração e publicação das demonstrações financeiras auditadas.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos, de Controles Internos, de Compliance e da Auditoria Independente, de verificações através de visitas às distintas unidades da Companhia, no âmbito de suas atribuições, valendo-se, sempre que necessário, da opinião de especialistas externos.

Ainda, de acordo com o seu Regimento Interno, o Comitê conta com autonomia operacional e dotação orçamentária, proposta pelo Comitê e aprovada pelo Conselho de Administração, podendo determinar a contratação de serviços de consultores, bem como outros recursos que sejam necessários ao desempenho de suas funções.

Reuniões Realizadas

No período que compreende o presente relatório, o Comitê realizou 11 (onze) reuniões em 2025 e 3 (três) em 2026, entre ordinárias e extraordinárias, nas quais foram apreciados, ao todo, 106 (cento e seis) itens de pauta, com duração média de 5h41min por reunião.

Seus membros interagiram ainda com a administração em diversas ocasiões em preparos e *follow ups* dos assuntos sob escopo do Comitê. Houve, adicionalmente, participação do Conselho Fiscal em uma reunião do Comitê, que examinou as Informações Financeiras Trimestrais do 3º Trimestre de 2025, bem como a realização de 2 reuniões entre o Coordenador do Comitê e o Presidente do Conselho Fiscal, nas quais foram discutidas iniciativas de coordenação e alinhamento dos trabalhos entre os dois órgãos, visando à otimização das agendas e à mitigação de sobreposição de demandas.

A Secretaria de Governança Corporativa assessorou os trabalhos do Comitê, tendo registrado 137 solicitações, das quais 99 foram atendidas, 03 foram canceladas e 35 encontram-se dentro do prazo pactuado para atendimento.

Ano	Mês	Dia
2025	Abril	23
	Maio	08
	Junho	25
	Julho	24
	Agosto	06 e 27
	Setembro	25
	Outubro	13 e 30 ¹
	Novembro	26
	Dezembro	18
2026	Janeiro	22
	Fevereiro	26
	Março	16

¹Reunião realizada em conjunto com os membros do Conselho Fiscal

Principais temas tratados e recomendações dadas pelo Comitê em 2025

O Comitê de Auditoria e Riscos possui Plano de Trabalho definido anualmente, priorizando os temas de maior relevância relacionadas às suas atribuições, sendo igualmente incorporadas solicitações e demandas advindas do próprio Comitê ou do Conselho de Administração. O Plano de trabalho de 2025 foi aprovado em 27 de fevereiro de 2025 pelo Conselho de Administração e foi cumprido integralmente, sendo que as principais atividades e questões tratadas envolveram os seguintes temas:

1. Controladoria, gestão financeira e monitoramento de indicadores

Considerando os desafios da Companhia em 2025, o Comitê debruçou-se sobre os indicadores de gestão financeira críticos para a recuperação dos resultados da companhia, com foco na revisão de controles internos e melhoria das ferramentas de gestão. Durante o exercício a Tupy contratou uma nova liderança para a área de Controladoria, e o Comitê interagiu intensamente com o novo Diretor no sentido de colaborar com a identificação de prioridades e necessidades da companhia. Neste sentido, as principais atividades incluíram:

- Acompanhamento mensal das variações nas rubricas de ativos, passivos, de resultado, caixa, níveis de endividamento e covenants, com evolução do formato, objetividade e assertividade do acompanhamento. Recomendações dentro do processo de renegociação de covenants da dívida.
- Análise e manifestação sobre o conteúdo das Informações Financeiras Trimestrais, Balanços Especiais para acionista coligada à luz dos artigos 248 e 249 da Lei 6.404/76, respectivas Notas Explicativas e leitura da minuta do Relatório da Administração, além dos *earning releases* para o mercado.
- Análise e discussão da minuta das Demonstrações Financeiras Anuais e respectivas notas explicativas, incluindo as informações trimestrais, bem como do relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- Análise das transações com partes relacionadas e cumprimento das obrigações *intercompanies*.
- Análise dos compromissos atuariais decorrentes do plano de previdência privada por benefício definido existente para os profissionais localizados nas subsidiárias mexicanas e da combinação de negócios com a subsidiária MWM.
- Análise dos valores, variações e critérios de contabilização das contingências administrativas e judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias).
- Avaliação dos testes de *impairment* dos ativos e de indícios de recuperabilidade dos ativos intangíveis.
- Avaliação da capacidade de realização de impostos diferidos (a recuperar) – estaduais e federais.
- Análise das informações relacionadas ao cumprimento das obrigações tributárias.
- Análise das apólices de seguro, seus valores e coberturas.
- Análise dos critérios para o tratamento contábil dos créditos junto a clientes, relacionados a “disputas de qualidade”, “devoluções parciais”, “majoração/repasso de custos” e “inventários de produtos localizados em armazéns externos”.
- Análise e discussão sobre o conteúdo do Formulário de Referência (FRE).

- Acompanhamento do projeto de implementação e Desenvolvimento da Controladoria (Projeto Control+).

2. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Tupy também contratou no exercício uma nova Diretora de Riscos e Controles Internos (GRCI). O Comitê de Auditoria trabalhou intensamente em parceria com a nova gerente na revisão dos processos de sua área, que se encontram firmemente dentro do escopo do Comitê. Destacamos as seguintes ações no período.

- Revisão do Feixe de Políticas e normativos da Tupy, com a deliberação pelo Conselho de Administração da Política do Sistema Normativo em 27 de fevereiro de 2026. Discussão com a GRCI acerca das normas sob escopo CAE.
- Revisão do Enterprise Risk Management, incluindo desenvolvimento da nova política, PMO de revisão de processos, metodologias, definições, apetite, regras de impacto e vulnerabilidade e taxonomia.
- Acompanhamento da Matriz de Riscos ao longo de 2025 e respectivos planos de ação, com foco em alavancagem/covenants, tarifas EUA/México, qualidade/IATF, imparidade, cibersegurança, trabalhista/SSMA e ambiental.
- *Control Self-Assessment (CSA)*, *Test of Design (ToD)* e GCN, integração de riscos com seguros (exposições não seguradas) e visão multidimensional de materialidade.
- Acompanhamento de ondas de testes de controles do CSA/ToD com desempenho satisfatório, além do fortalecimento do Plano de Continuidade de Negócios.
- Análise dos processos relacionados a gestão de crises.

3. Jurídico

O VP Jurídico participou de 12 reuniões do CAE, prestando esclarecimento e debatendo assuntos sob o escopo do Comitê. Os principais assuntos debatidos foram:

- Acompanhamento do conjunto de contingências jurídicas - análise e discussão dos indicadores das contingências jurídicas trabalhistas e tributárias, ativos tributários e casos cíveis relevantes.
- Análise comparativa das principais contingências ativas x passivas, com indicativo de adequação dos conceitos relacionados à probabilidade de perda das demandas conforme avaliado pela Administração, tomando em conta inclusive a manifestação dos advogados que patrocinam as respectivas causas.
- Acompanhamento e recomendação sobre a proposta de alienação do direito de ressarcimento por conta da decisão acerca do crédito-prêmio de IPI.
- Monitoramento da autuação emitida pela SEF/SC sobre o creditamento do ICMS Santa Catarina com atenção para os valores, decisões nos tribunais superiores para casos da mesma espécie e da adequada classificação da contingência na Companhia.
- Recomendação a revisão metodológica trabalhista, avaliação de honorários de êxito e maior robustez em pareceres independentes de contingências relevantes. Acompanhamento dos trabalhos da auditoria interna sobre o tema.

4. Compliance, Canal de Denúncias e Comitê de Ética e Conduta

Por ocasião da revisão do plano de trabalho, o Comitê implementou alteração na forma de acompanhamento dos indicadores de Compliance, visando maior produtividade e eficácia. Os principais trabalhos executados pelo comitê incluíram:

- Análise mensal dos indicadores do sistema de Ética e Conduta, incluindo o Canal de Denúncias.
- Monitoramento das investigações internas sobre os fatos de maior relevância, iniciadas em face de transgressões verificadas/denunciadas sob a égide do Código de Ética e Conduta.
- Liderança de investigações de alto risco, conforme Política de Integridade, inclusive com a contratação de empresa independente para investigação de dois protocolos, com recomendação ao Conselho para a respectiva aplicação de consequências no primeiro (o segundo encontra-se em andamento na data deste relatório).
- Acompanhamento da evolução do Programa de Compliance/Integridade nas distintas áreas da Companhia, incluindo iniciativas de comunicação e treinamento, e estabelecimento do conceito de NPS do Canal de Denúncias.
- Recomendação para adesão da Tupy ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial.
- Manifestação, para deliberação do Conselho de Administração (CA), sobre avaliação do desempenho da Gerente de Compliance para o exercício de 2025.
- Manifestação, para deliberação do CA, sobre as metas para a Gerente de Compliance em 2025, incluindo atividades preparatórias para inscrição no programa Pro-Etica, da CGU.
- Análise e manifestação ao CA sobre o orçamento da área de Compliance, com estimativas das despesas correntes e o orçamento para substituição do fornecedor do Canal de Denúncias.
- Acompanhamento do processo de substituição.

5. Pessoas e Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente

- Análise dos indicadores de Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental, consistentes nas taxas de acidentalidade e de emissões atmosféricas em todas as unidades da Companhia.
- Discussões acerca da estrutura e das práticas de gestão de SSMA da Companhia, com foco na padronização dos procedimentos de segurança do trabalho. Foi proposta ao Conselho de Administração, na reunião realizada em 28 de novembro de 2026, a definição do Comitê responsável pelo acompanhamento estruturado dos indicadores de SSMA. O Conselho de Administração deliberou pela designação do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança para o acompanhamento do tema, permanecendo o CAE responsável pelo seu monitoramento no âmbito acompanhamento do Mapa de Riscos da Companhia.
- Análise do diagnóstico elaborado pela nova Diretora Vice-Presidente com recomendações para melhorias nos processos e controles internos identificados.

6. Auditoria Interna

- Análise e discussão dos riscos identificados nas atividades correntes da Auditoria Interna.
- Análise e manifestação sobre o Plano de Auditoria Interna para o exercício de 2026, adequação da estrutura e orçamento para sua execução.
- Análise e discussão mensal dos indicadores da Auditoria Interna, consistentes no acompanhamento no Plano de Auditoria Interna de 2025 e atendimento de recomendações.

- Avaliação e recomendações sobre os relatos das principais investigações conduzidas pela Auditoria Interna.
- Manifestação, para deliberação do Conselho de Administração (CA), sobre avaliação do desempenho do Auditor Interno para o exercício de 2025.
- Manifestação, para deliberação do CA, sobre as metas para o Auditor Interno em 2025.
- Validação da nova metodologia de classificação de pontos, com implementação a partir de 2026.

7. Auditoria Independente

Os representantes da KPMG participaram de 07 reuniões do CAE, debatendo os assuntos de maior relevância, sobretudo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais.

- Análise dos relatórios de Auditoria sobre as informações financeiras trimestrais, especiais e anual, junto com as recomendações para o aprimoramento dos Controles Internos.
- Apreciação do planejamento, escopo e principais conclusões obtidas nas revisões trimestrais (ITR), e das Demonstrações Especiais (abril e outubro) requeridas por acionista coligada à luz dos artigos 248 e 249 da Lei 6.404/76, e o relatório para a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.
- Análise dos procedimentos executados pelos auditores, os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”), demais matérias apresentadas como relevantes e cédulas de ajustes, com efeito líquido não material no resultado, entre eles:
 - Combinação de negócios
 - Contingências
 - Reconhecimento de Receitas
 - *Impairment*
- Análise de fragilidades, deficiências e recomendações de melhoria apontadas no relatório de controles internos, bem como os respectivos planos de ação das áreas internas para a correção ou melhoria dos apontamentos.
- Avaliação anual dos serviços da Auditoria Independente.

8. Tecnologia da Informação

O Comitê alterou na revisão do seu Plano de Trabalho, a periodicidade e escopo das interações com a área de tecnologia, com foco em cibersegurança e inteligência artificial.

- Avaliação da integridade e segurança dos Sistemas de Informação, com ênfase nas ferramentas de mitigação do risco cibernético.
- Discussão sobre a implantação e o mapeamento de processos e de controles para o SAP México e da versão mais evoluída SAP S4 HANNA (*High-performance Analytic Appliance*).
- Discussão do *roadmap* de cibersegurança previsto para 2024-2028 e sobre as recomendações coletadas a serem integradas ao trabalho.
- Acompanhamento do planejamento da implantação das soluções e das ferramentas Ariba, *SuccessFactors*, e aprimoramentos no SAP em decorrência da Reforma Tributária.

- Discussão quanto a manutenção de investimentos em CAPEX voltados para melhorias em automação.

9. Sustentabilidade

- Acompanhamento da governança e cronograma para implementação do IFRS S1 e S2 definidos na Resolução 193/2023 da CVM com definição de métricas, avaliação de riscos e oportunidades, controles internos e preparação para asseguarção e divulgação em 2027.
- Recomendação de integração com as áreas de contabilidade, riscos e TI para integração dos relatórios.

10. Governança Corporativa

- Monitorados os temas que fazem parte das atividades ordinárias mensais do CAE.
- Análise dos temas registrados nas atas das reuniões recebidas pelos órgãos de governança da Companhia, compreendendo Diretoria Executiva, Comitê Executivo de Gestão de Riscos Controles Internos, da Diretoria da TMC e Comitê de Ética e Conduta.
- Análise dos ofícios/notificações recebidos de autoridades e órgãos reguladores;
- Acompanhamento do processo de atualização do Formulário de Referência e do “Pratique ou Explique” previsto no Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias Abertas da CVM.
- Atualização do elenco de atividades do CAE e sua distribuição ao longo do ano.
- Análise dos resultados da avaliação do CAE.
- Definição do calendário de reuniões do CAE para o ano de 2026.
- Elaboração da proposta de orçamento anual do CAE para 2026.

Considerações Finais e Principais Atividades do Comitê para 2026

O Plano de Trabalho do Comitê para o ano de 2026 foi aprovado em 28 de novembro de 2025 pelo Conselho de Administração e encontra-se no anexo I ao presente relatório.

Recomendação referente às demonstrações financeiras de 2025

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da TUPY S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, procederam a revisão das Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório da KPMG Auditores Independentes (“Auditoria Independente”), emitido sem ressalvas, e do relatório anual da Administração correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as demais informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2025, opinam, por unanimidade, que os documentos citados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Joinville (SC), 19 de março de 2026.

Mauro Rodrigues da Cunha
Coordenador do Comitê
e Membro do Conselho de Administração

Paula Regina Goto
Membro do Comitê
e do Conselho de Administração

Sergio Foldes Guimarães
Membro do Comitê
e do Conselho de Administração

Fernando Dal-Ri Múrcia
Membro do Comitê

Marcos Alexandre Teixeira
Membro do Comitê

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Tupy S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido, e do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, e a proposta da Administração relativa à destinação do Resultado do Exercício. Tais exames foram seguidos, ainda, pela análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos auditores externos e pela Administração da Companhia no decorrer do exercício.

Desta forma, após acompanhar as deliberações do Conselho de Administração ocorridas nesta data e com base nos exames realizados, no Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitidos em 19 de março de 2026, ambos sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina que os documentos e informações referidos acima, bem como as propostas da Administração relativas à destinação do resultado do exercício, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Joinville (SC), 19 de março de 2026.

João Augusto Monteiro

Presidente do Conselho Fiscal

Francisco Ferreira Alexandre

Membro do Conselho Fiscal

Tiago Cesar dos Santos

Membro do Conselho Fiscal

COMPONENTES DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jaime Luiz Kalsing

Vice-Presidente

Marcio Antonio Chiumento

Membros

José Rubens de La Rosa

José Mucio Monteiro Filho

Mauro Rodrigues da Cunha

Paula Regina Goto

Sergio Foldes Guimarães

Vinícius Marques de Carvalho

Wagner de Sousa Nascimento

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretores Vice-presidentes

Gueitiro Matsuo Genso (DRI)

Ricardo Sendim Fioramonte

Rodrigo Cesar Perico

Toni Marcelo Zampieri Bueno

Contador

Pedro Henrique Eyng

CRC-SC 16.161/O-0 – CPF 537.813.259-20

ANEXO I

CAE - COMITE DE AUDITORIA E RISCOS ESTATUTÁRIO - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DE ATIVIDADES 2026/2027																	
ITEM	ASSUNTO	NATUREZA	2026												2027		
1	Governança		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
A	Planejamentos das atividades do CAE	Interno											X				
b	Exame das atas dos órgãos de governança	Interno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
c	Exame das correspondências de órgãos reguladores	Interno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
d	Reporte de matérias analisadas no CAE para o Conselho de Administração	Interno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
e	Auto Avaliação do CAE	Manifestação				X											
f	Atualização sobre alterações legislativas e normas regulamentadoras	Interno	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
g	Proposta de orçamento anual do CAE	Manifestação										X					
h	Relatório Anual para subsídio do CA	Manifestação			X												X
2	Controladoria Contábil, Fiscal e Industrial		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
a	DFs anuais, Relatório da Administração, Notas Explicativas, Releases de resultados e Cartas de representação (Controladoria / RI / Auditoria Independente)	Manifestação			X												X
b	ITRs, Releases de resultados e Cartas de representação (Controladoria / RI / Auditoria Independente)	Manifestação					X			X			X				
c	DFs especiais - acionista BNDESPAR (Controladoria / Auditoria Independente)	Manifestação						X					X				
d	Teste de <i>impairment</i> dos ativos e de indícios de recuperabilidade dos ativos intangíveis - Estudo Técnico dos Créditos Fiscais Diferidos (Controladoria)	Manifestação			X								X				X
e	Orçamento e Plano Plurianual (CFO)	Acompanhamento											X				
f	Formulário de Referência - revisão dos Itens 4 e 5	Manifestação					X										
g	Avaliação das apólices de seguros contratadas (Financeiro)	Acompanhamento											X				
h	Análise atuarial das obrigações relacionadas a “planos previdenciários”	Acompanhamento			X												X
i	Acompanhamento dos indicadores de desempenho mensal	Acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
j	Verificação da adequação das informações de ordem tributária e certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais	Acompanhamento		X						X						X	
k	Acompanhamento das Transações com Partes Relacionadas e cumprimento das obrigações intercompanies	Acompanhamento					X			X			X				
l	Exame do Relatório de Controles Internos do Auditor Independente (com manifestações da Administração)	Acompanhamento					X						X				
m	Acompanhamento da posição dos créditos que se encontram em discussão a título de (i) disputas comerciais/preços, e (ii) disputas de qualidade	Acompanhamento					X						X				

3	Auditoria Independente		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
a	Conhecimento do Plano Anual de Trabalho	Acompanhamento				X											
b	Exame dos trabalhos de auditoria das DFs anuais do exercício anterior	Acompanhamento			X												X
c	Exame dos trabalhos de auditoria sobre os ITRs	Acompanhamento					X			X			X				
d	Exame dos trabalhos de auditoria sobre as DFs especiais (acionista BNDESPAR)	Acompanhamento						X					X				
e	Esclarecimentos sobre o Relatório de Controles Internos (se necessário)	Acompanhamento				X							X				
4	Auditoria Interna		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
a	Plano de Trabalho e Orçamento anual - exame e manifestação ao CA	Manifestação										X	X				
b	Relatórios e follow-up dos pontos de auditoria	Acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
c	Status de Investigações em andamento	Manifestação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
d	Avaliação da área de Auditoria Interna (metas)	Manifestação	X													X	
e	Definição de metas e indicadores de desempenho para o exercício	Manifestação	X													X	
5	Gestão de Riscos e Controles Internos		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
a	Follow up do Mapeamento de Controles Internos	Acompanhamento			X		X			X			X				X
b	Atualização periódica dos parâmetros de "apetite" e "tolerância" ao risco	Manifestação			X							X					X
c	Atualização do Mapa de riscos corporativos	Manifestação		X		X		X		X		X		X		X	
d	Avaliação do Plano de Ações com "risk owners" e "process owners"	Acompanhamento		X		X		X		X		X		X		X	
6	Compliance		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
a	Recebimento do board book de compliance	Acompanhamento	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O
b	Indicadores do Sistema Ética e Conduta (Compliance) e monitoramento de casos relevantes (quando houver) via Canal de Denúncia (Comitê de Ética e Conduta)	Acompanhamento	X		X		X		X		X		X		X		X
c	Ações de Ética e Compliance (Pacto Brasil, Novo Código de Ética, outras ações)	Acompanhamento	X		X		X		X		X		X		X		X
d	Monitoramento de Transações com Partes Relacionadas	Acompanhamento					X				X						
e	Avaliação da área de Compliance (metas)	Manifestação	X						X						X		
f	Definição de metas e indicadores de desempenho para o exercício	Manifestação	X												X		
g	Proposta de orçamento para a área de Compliance - análise e manifestação para o CA	Manifestação										X	X				
7	Jurídico		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
a	Contingências Jurídicas (Tributárias, trabalhistas e cíveis)	Acompanhamento		X			X			X			X			X	
b	Acompanhamento das atividades administrativas/operacionais da subsidiária holandesa	Acompanhamento			X												X
c	Follow up operações com creditamento ICMS	Acompanhamento			X				X				X				X
8	Tecnologia e Segurança da Informação		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
a	Integridade e segurança dos Sistemas de informação	Acompanhamento						X						X			
b	Acompanhamento da governança da utilização de Inteligência Artificial	Acompanhamento			X						X						X